



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE ANGOLA E BRASIL:  
MOBILIDADE ACADEMICA INTERNACIONAL, INTEGRAÇÃO E  
INTERIORIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DA UNILAB.**

**LOIAS SARA BERNARDO WANGO**

**REDENÇÃO – CE**

**2017**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE ANGOLA E BRASIL:  
MOBILIDADE ACADEMICA INTERNACIONAL, INTEGRAÇÃO E  
INTERIORIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DA UNILAB.**

**LOIAS SARA BERNARDO WANGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo.

**REDENÇÃO – CE**

**2017**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**  
**Sistema de Bibliotecas da UNILAB**  
**Catálogo de Publicação na Fonte.**

---

Wango, Loias Sara Bernardo.

W218c

Cooperação Educacional entre Angola e Brasil: Mobilidade Acadêmica Internacional, Integração e Interiorização dos Estudantes Angolanos da Unilab / Loias Sara Bernardo Wango. - Redenção, 2017. 102f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo.

1. Ensino superior. 2. Mobilidade acadêmica internacional. 3. Cooperação Angola-Brasil. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 378

---

**LOIAS SARA BERNARDO WANGO**

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE ANGOLA E BRASIL:  
MOBILIDADE ACADEMICA INTERNACIONAL, INTEGRAÇÃO E  
INTERIORIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS DA UNILAB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo.

**Aprovado em: 10/08/2017**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Janaina Campos Lobo (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho a todos que sempre me apoiaram e em especial ao meu pai Afonso Wango, à minha mãe Filipa Bernardes. Ao professor Dr. Vico Melo. Aos amigos que contribuíram direta ou indiretamente neste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Sei que durante esses dois anos muita gente passaram por meu caminho, e compartilharam da minha história.

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus Todo poderoso meu Aba pai, por nunca me desamparar durante essa difícil caminhada, agradeço pelo sustento nas horas difíceis.

Aos meus pais, Sr. Afonso Wango e Sra. Filipa Bernardo, por nunca deixaram de me apoiar, e mesmo distante estão sempre presente, nunca deixaram que faltasse alguma coisa nos meus estudos e nas minhas necessidades, pelo excelente exemplo que sempre foram para mim, pela educação, pelos conselhos e dedicação.

Aos meus irmãos, Azenaida Wango, Cresciana Wango, Sofonias Wango, Emanuela Wango, Rosymer Wango, Ageu Wango, Billgario Wango, Afonsina Wango pelo carinho e encorajamento, a cada palavra de força, ao meu cunhado Jaime Osvaldo. Ao meu orientador Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo pelo ensinamento, pela paciência, pela disponibilidade, o meu muito obrigado.

Quero agradecer as minhas amigas e companheiras de luta Aniria Manuel, Helena Ngunza, Hugueth Nadina, Isabel Holandês e Marisa Antônio, por terem me proporcionado momentos de diversão, alegria e aventura para descontrair diante de tanto estresse, por cada palavra “vai dar certo, confia em Deus”, a vocês o meu muito obrigado.

Meus agradecimentos vão também ao colega e amigo Jorge Avelino Artur Cambinda pela co-orientação, ao Imelson Ntchala Cá, pelos dias que dedicou para me ajudar a corrigir o meu trabalho, a colega Peti Mama por ter disponibilizar o seu tempo para formatar o meu trabalho.

Aos professores que colaboraram para que esse trabalho se tornasse possível. Aos estudantes angolanos na UNILAB, que colaboraram com a entrevista, para concluir a pesquisa.

Ao Gabinete da PROGRAD, por me fornecer a documentação que facilitou a elaboração do questionário para entrevista.

Os meus agradecimentos vão também à pessoa de Wete Kuazambe João, e ao professor Dr. Ricardino Teixeira pela colaboração de matérias no início da pesquisa, agradeço também a DRCA pelas informações concedidas.

A todos, os meus sinceros agradecimentos, muito obrigada!

“O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, vossa vida *circulum vitae*; no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade”.

(Tomaz Tadeu da Silva)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os acordos de cooperação educacional em vigor entre Angola-Brasil, suas políticas e objetivos que possam beneficiar os dois lados do Atlântico. A cooperação ao nível do ensino superior tem assumido particular importância, no nível da formação superior realizada no exterior, através desses acordos de cooperação estabelecidos entre Angola e Brasil, que se decide o envio de estudantes. A internacionalização do ensino superior foi usada como mecanismo para a mobilidade acadêmica, pois ela surge em 1945 como uma necessidade para reconstruir os países destruídos pela 2ª Guerra Mundial, oferecendo assistência técnica para o desenvolvimento, com bases em acordos científicos e culturais, bolsas de capacitação e mobilidade estudantil. Construimos a abordagem com base nos programas de bolsas de estudos para estudantes africanos e angolanos em particular, programas como o PEC-G e PEC-PG e entre outros. Dentro desse contexto visamos analisar também a mobilidade de estudantes angolanos para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a integração e internacionalização do ensino superior nos dois países. E as ações do governo angolano sobre as mobilidades dos estudantes angolanos. Foi usada como metodologia a pesquisa quantitativa (inquérito por questionário) e qualitativa (explorar, analisar e descrever). Conclui-se que a educação deve ser prioridade em qualquer sociedade, pois ela diminui a pobreza e acelera o desenvolvimento, mais para tal, devem se firmar novos acordos voltados para essa área.

**Palavras-chave:** Cooperação Angola-Brasil; Educação Superior; Mobilidade Acadêmica Internacional; Integração; Interiorização; UNILAB.

## **ABSTRACT**

The present work has as general objective to analyze the agreements of educational cooperation in force between Angola-Brazil, its policies and objectives that benefit both sides of the Atlantic. Cooperation at the higher level of higher education has assumed particular importance, there is no level of higher education carried out without outside, between the cooperation agreements established between Brazil and Angola, which determine the sending of students. The internationalization of higher education was used as a mechanism for academic mobility, as it emerged in 1945 as a necessity to rebuild countries destroyed by World War II, offering technical assistance for development, student empowerment and mobility. We build the approach based on scholarship programs for African and Angolan students in particular, programs such as PEC-G and PEC-PG among others. Within a context to analyze also the mobility of Angolan students to a UNILAB, integration and internationalization of higher education in both countries. And as actions of the Angolan government on how mobility of Angolan students. It was used as quantitative research methodology (questionnaire survey) and qualitative (explore, analyze and describe). It is concluded that education should be a priority in any society, since it reduces poverty and accelerates development, but to do so, it is to establish new agreements aimed at this area.

**Key words:** Angola-Brazil Cooperation ; Higher Education ; International Academic Mobility; Integration; Internalization ; UNILAB.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agencia Brasileira de Cooperação.
ACCC	Acordo de Cooperação Cultura e Científico
ACECT	Acordo de Cooperação Econômica Científica e Técnica.
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais.
CGCPLP	Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
CIE	Circulação Internacional de Estudantes.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.
DRCA	Diretoria de Registros e Controle Acadêmico
EGU	Estudos Gerais Universitários.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF	Escola Florestan Fernandes.
ESPA	Escola Superior Politécnica de Angola.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FESA	Fundação Eduardo dos Santos
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
IBAA	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior.
IFF	Instituto Federal Fluminense.
IICA	Instituto de Investigação Científica de Angola.
IIMA	Instituto de Investigação Médica de Angola.
INAGBE	Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos

ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
LEA	Laboratório de Engenharia de Angola.
MEC	Ministério da Educação
MESCT	Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia.
MINOP	Ministério das Obras Públicas de Angola.
MPLA	Movimento Popular para Libertação de Angola.
MRE	Ministério das Relações Internacionais.
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos.
OMC	Organização Mundial do Comercio.
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G	Programa Estudante Convênio de Graduação.
PEC-PG	Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação.
PEDs	Países Em Desenvolvimento.
PFCA	Programa de Formação Científica para Estudantes Angolanos.
PIFC/PROFOR	Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes Moçambicanos.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIPES	Redes de Instituições Públicas de Educação Superior.
SCI	Sistema Consular Integrado.
SEES	Secretaria de Estado para o Ensino Superior.
SEIES-RA	Sistema de Estatística e Informação do Ensino Superior da República de Angola
SESU	Secretaria do Ensino Superior.
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola.
SU/SSC	Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul.
SU/TCDC	Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.
UAB	Universidade Aberta do Brasil.
UAN	Universidade Agostinho Neto
UBA	Universidade da Bahia.
UE	União Europeia.

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia.
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa.
UNISUL	Universidade do Mercosul
UNITA	União Nacional Total de Angola
UON	Universidade Onze de Novembro

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1. Distribuição dos estudantes em mobilidade internacional por região de recepção
- Gráfico 2. Projetos aprovados por área 2012/2013
- Gráfico 3. PEC-G- Seleccionados-África PALOP de 2000 a 2015
- Gráfico 4. Distribuição dos Estudantes africanos no Brasil-pelo PEC-G de 2011 a 2013
- Gráfico 5. Estudantes da FESA em seus Países de Recepção
- Gráfico 6. Bolsistas da FESA Distribuídos Pelos Estados brasileiros
- Gráfico 7. Idade dos Estudantes Entrevistados
- Gráfico 8. O Grupo Étnico dos Estudantes Entrevistados
- Gráfico 9. Escola que Estudaram o Ensino Médio em Angola
- Gráfico 10. Como Tomaram Conhecimento da UNILAB
- Gráfico 11. Alvos de algum tipo de Discriminação

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Síntese do delineamento da pesquisa
- Quadro 2. Ações em Andamento que passaram a integrar o Programa de Cooperação Educacional Educação como ponte estratégica Brasil – África a partir de maio de 2013/ Angola.
- Quadro 3. Atos Internacionais Bilaterais entre Brasil e Angola
- Quadro 4. Relação de Estudantes por Nacionalidade
- Quadro 5. Oferta de Curso de Graduação
- Quadro 6. Quantidade de Estudantes Ativos na UNILAB
- Quadro 7. Pós-graduação Strito Sensu (Mestrado)
- Quadro 8. Pós-graduação Lato Sensu (Especialização)
- Quadro 9. Distribuição de número de IES segundo a classificação e estado de atividade

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1. Localização dos Centros de Formação Profissional em Angola
- Figura 2. Representação Física dos Centros de Formação Profissional de Angola

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>Quadro Teórico .....</b>	<b>19</b>
<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>22</b>
<b>Delineamentos da Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>Definição da Área ou Estudantes-alvos .....</b>	<b>23</b>
<b>1 COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADEMICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Mobilidade acadêmica internacional.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Cooperação: uma breve contextualização.....</b>	<b>33</b>
<b>1.3 Cooperação educacional Angola-Brasil.....</b>	<b>39</b>
<b>2 MOBILIDADE ACADEMICA DOS ESTUDANTES AFRICANOS .....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Ensino superior em África: breve contextualização .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 Mobilidade dos estudantes africanos.....</b>	<b>50</b>
<b>2.3 Programa PRÓ-ÁFRICA .....</b>	<b>57</b>
<b>2.4 Sistema educacional brasileiro.....</b>	<b>58</b>
<b>2.5 Sistema educacional angolano.....</b>	<b>59</b>
<b>2.6 Política de mobilidade acadêmica dos estudantes angolanos .....</b>	<b>62</b>
<b>3 A INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO: O CASO DA UNILAB.....</b>	<b>71</b>
<b>3.1 O que é a UNILAB? .....</b>	<b>71</b>
<b>3.2 Integração e interiorização.....</b>	<b>77</b>
<b>3.3 A mobilidade estudantil de angolanos para a UNILAB.....</b>	<b>79</b>
<b>3.4 Quantificando as falas.....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

A expressão, “ajuda” cunhada pelos países ricos e desenvolvidos, começou a ser praticada após a Segunda Guerra Mundial, para com os países de renda baixa, mas que vem sendo questionada por estudiosos da área de relações internacionais tais como Flavio Saraiva e Honório Rodrigues. Tais estudiosos argumentam que a chamada cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, foi construída sobre o escuso interesse de dominação política. As transformações econômicas, políticas e sócias marcadas pelos diferentes contextos históricos que Angola passou (colonialismo, política socialista, guerra civil, democratização econômica e multipartidarismo), acabaram por refletir no sector educativo em geral e particularmente no ensino superior, culminando com a tardia implementação do mesmo. A construção do processo educativo de Angola sempre foi um grande desafio para a sociedade, de um lado as barreiras que foram postas pelo colonizador e do outro os problemas sociais.

As relações Brasil – África dão-se desde o tempo colonial. Todavia a primeira grande investida diplomática e comercial do Brasil no continente africano, começou em 1975 com o reconhecimento da Independência do novo Governo de Angola com a saída de Portugal. O Presidente Ernesto Geisel, então presidente do Brasil entre 1975 e 1979, reconheceu Antônio Agostinho Neto como o primeiro presidente da recém República de Angola, apesar do mesmo não dominar todo território angolano. Da mesma forma reconheceu o Governo de Samora Machel na República de Moçambique.

Numa altura em que cada vez mais a educação vem assumindo um papel de destaque nas políticas de cooperação (PNUD, 2010) e que o reconhecimento da sua importância no processo de desenvolvimento está mais que comprovado (DELORS, 1996; MORIN, 2002), nos propusemos a analisar as cooperações entre Angola e o Brasil e fazer um balanço sobre o atual estado da educação em Angola. Para isso, será analisado os acordos de cooperação para a educação entre os dois países e será feita também uma revisão das políticas educativas implementadas em Angola a partir da segunda metade do século XIX até à atualidade. Analisaremos também a mobilidade a nível internacional e a mobilidade da camada estudantil angolana, e trazendo o papel da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, neste processo.

Esse recuo temporal justifica-se para melhor se perceber o atual panorama da educação em Angola, pois, como afirma Borges Graça (2005), "só é possível compreender plenamente uma situação num dado presente se neste for integrado quer o passado quer o futuro" (GRAÇA, 2005, p. 47). Sendo assim, será apresentado três diferentes contextos históricos e sociais, porém interligados: período colonial, período pós-independência e atualidade.

O ponto de partida da cooperação entre Angola e o Brasil aconteceu no dia 11 de junho de 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Várias iniciativas passaram a marcar o campo de cooperação técnica nas relações bilaterais entre os dois países, particularmente nas áreas de formação profissional, administração pública, agricultura, esporte e meio ambiente. Outros acordos foram assinados durante a visita a Angola do ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva em 2003.

Durante a segunda metade do século XX e o início do século XXI as ações de cooperação internacional para o desenvolvimento foram marcadas por uma conjuntura geopolítica determinada pela bipolaridade entre dois blocos antagônicos, os Estados Unidos e a União Soviética. No final da Guerra Fria a globalização e o elevado crescimento econômico do Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, culminou com a aliança econômica denominada BRICS, consideradas como as novas potências emergentes que vão procurar representatividade e poder no sistema internacional. (ULLRICH; CARRION, 2013).

Essas potências emergentes adotaram como estratégia para ganhar espaço, as práticas de cooperação de relações solidária e igualitárias entre os países envolvidos, os quais passaram a ser identificados de Cooperação Sul-Sul. Boa parte do argumento político que sustenta essa cooperação é fundamentada na ideia de que esses países semiperiféricos podem e devem cooperar a fim de resolver os seus problemas. A Cooperação Sul-Sul é apresentada como um processo de parceria entre países semiperiféricos e periféricos com objetivo de promover ganhos mútuos.

Com isso rompe-se o modelo eurocêntrico de Cooperação Norte-Sul que demandavam em nome do progresso e da técnica a existência de saberes superiores, que poderiam balizar as relações de cooperação independentemente da história desse país receptor dos recursos dessa cooperação. A atuação do Brasil nesse campo tem despertado atenção nas últimas décadas ao evidenciar o aumento dos recursos investidos para países na América Latina, África e Ásia. Entre os parceiros do Brasil na Cooperação Sul-Sul, têm se destacados os países da América do Sul, América Central e Caribe e da África Lusófona, que são tratados como prioridade na política externa brasileira. Dos projetos dessa cooperação 77,45% são voltados para a África

Lusófona. A educação é a área que concentra boa parte dos projetos dos acordos de cooperação, direcionados para formação e qualificação.

Em meio a várias palestras e debates sobre a UNILAB e as relações do Brasil com a África no âmbito das cooperações sul-sul, os discursos que mais se destacavam eram; a solidariedade, ajuda internacional e cooperação. Diante disto levantaram-se vários questionamentos: na fala de alguns estudantes “a UNILAB foi pensada também como um projeto de solidariedade para com os africanos da CPLP, e que os africanos estão nessa instituição de graça?” E eu me questionava, quando se fala de dar de “graça” fala-se de um ato aonde o sujeito que vai doar dá sem esperar nada em troca? E outros vários questionamentos surgiram a partir disso, daí senti a necessidade de responder as minhas perguntas e as que poderiam surgir posteriormente.

No mês de dezembro de 2014, foi encaminhado um e-mail ao professor Dr. Edson Borges solicitando que o mesmo orientasse a presente pesquisa, que na época tinha como tema: Relações Econômicas e Educacionais Angola Brasil (1990-2012), o professor aceitou de bom grado a solicitação feita. Depois de três meses de pesquisa decidimos fazer um recorte no tema e ficou “Relações Educacional entre Brasil-Angola” começamos a trabalhar, com três autores que trabalharam sobre esse tema, no decorrer da pesquisa encontramos muitas dificuldades para o levantamento de materiais que sustentassem a parte do trabalho que falava de Angola, foi solicitado ajuda de pessoas que se encontram em Angola, mas o nosso apelo não obteve resultados agradáveis. As buscas por matérias nos meios eletrônicos continuaram, mais também não tivemos sucesso. No meio de 2016 durante uma reunião com o orientador, decidimos alterar alguns aspectos do nosso objeto de pesquisa, pois a falta de material era um fator muito importante para a continuidade da pesquisa, e analisando esses fatores decidimos assim trabalhar com o tema: “Cooperação Educacional entre Angola e Brasil: mobilidade acadêmica internacional, integração e interiorização dos estudantes angolanos da Unilab”.

Este trabalho tem como objetivo geral: analisar os acordos de cooperação educacional em vigor entre Angola-Brasil, suas políticas e objetivos que possam beneficiar os dois lados do Atlântico.

Como objetivos específicos, o trabalho se atém a esses cinco:

- Descrever os tipos de acordos que estão em vigor entre os dois países.
- Analisar as políticas de mobilidade estudantil por parte do governo angolano.
- Entender os motivos que norteiam a criação da UNILAB e sua ligação com a CPLP.

- Entender o que tem motivado a mobilidade acadêmica dos angolanos.
- Descrever as iniciativas dos governos de Angola e Brasil para a interiorização do ensino superior.

Tenso isso em vista o trabalho será dividido em três capítulos que abordaram o seguinte:

No primeiro capítulo refletiremos sobre a cooperação a nível mundial, os primeiros atos que deram origem a este termo, o que estava na base da sua criação, até chegar ao continente africano como cooperação sul-sul, abordará também os acordos educacionais que deram origem a cooperação educacional entre Angola-Brasil, e por último a mobilidade internacional, os primeiros sinais dela e a internacionalização do ensino superior como ferramenta da mobilidade acadêmica.

No segundo capítulo apresentaremos um breve histórico sobre o ensino superior no continente africano, suas parcerias e acordos com o Brasil e outros países, para programas de mobilidade estudantil como o Programa Estudante Convênio de Graduação - PEC-G, Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG, Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP, etc. Igualmente mostramos um breve histórico sobre o sistema educacional de Angola e Brasil, e analisará as políticas do governo angolano para a mobilidade estudantil.

No último capítulo será demonstrada a história do surgimento da UNILAB, com uma breve contextualização sobre a integração e interiorização do ensino superior no Brasil e Angola, a mobilidade dos angolanos para a UNILAB, e por fim, serão mostrados os resultados da pesquisa de campo.

## **Quadro Teórico**

A cooperação Brasil África, percorre desde o tempo colonial, apesar do afastamento<sup>1</sup>. Entende-se que o nascimento da política africana do Brasil aconteceu com fundamentos

---

<sup>1</sup> Em 1858 e 1859 o Brasil se retira da África e rompe uma tradição de três séculos de contatos étnicos e culturais. Rodrigues (1961) e Penha (2011) ressaltam que a retirada do Brasil da África foi um instrumento de diferenciação e crescimento, pois a diplomacia brasileira pretendia promover um esquecimento do continente africano, para que o Brasil pudesse modelar-se na herança cultural europeia e branca. Desse modo a elite brasileira idealizou e considerou irrelevante a continuação das relações com o continente africano, o objetivo era delimitar a política exterior e impedi-la de agir.

estratégicos na busca do Brasil por novos parceiros políticos e econômicos internacionais. A retomada do Brasil a África se deu na década de 70 do século XX e foi vinculada a várias dimensões como: o crescimento econômico interno e as demandas geradas pela industrialização das décadas anteriores. Para Saraiva (2012), após o rompimento e retorno dessas relações, o Brasil recuperou os caminhos com o continente africano, na construção de alianças políticas e de diálogo com as novas lideranças no continente. Para o professor Saraiva (2012) a parceria entre Brasil- África está baseada no conceito de relações internacionais, onde o valor e identidade estão alinhados aos interesses e oportunidades materiais.

A intelectualidade brasileira se mostrava entusiasmada com a África, segundo Dávila (2012), o continente africano é muito importante para os intelectuais brasileiros, que acreditavam que a política brasileira tinha que mudar neste sentido, tinha que ser voltada também para o continente, pois o Brasil tem suas raízes na África. O Brasil não tinha e não teve uma política africana (principalmente na década de 60) (DÁVILA, 2012). Entretanto, observando desde a década de 1960 até a década de 1990, podemos entender que a África não saiu do olhar brasileiro. Talvez seja o caso de se diferenciar, em diversos períodos, uma política externa brasileira para a África de uma política africanista do Brasil. Considerando-se a partir da descolonização africana, o Brasil esboçaria pela primeira vez, com Jânio Quadros e a Políticas Externa Independente (PEI), uma política africanista, no sentido de, pelo menos no discurso e no sentimento da intelectualidade progressista, haver uma política externa que também abarcasse a afinidade e identificação com a cultura africana (RODRIGUES, 1969).

A nova política africana do Brasil foi apresentada no Congresso Nacional a 15 de março de 1961, pelo presidente Jânio Quadros, que tinha como instrumento de trabalho a luta contra o racismo e o colonialismo. Para Saraiva (2012), as dificuldades de exportação do café, trouxe como consequência a crise na balança de pagamentos, o que levou o Brasil a procurar mercados externos. Essa nova política foi dividida em quatro etapas: a primeira foi para o norte do continente com os países não-alinhados<sup>2</sup>, a segunda era voltada para a África negra, a terceira voltado para o Egito e o quarto foi a relação com os territórios portugueses e a descolonização angolana em especial.

Para Rodrigues (1969) a Política Externa Independente de Quadros, estava sendo formulada para trazer a defesa da descolonização, autodeterminação, autonomia e

---

<sup>2</sup> Os países não alinhados, é um movimento que se formou durante a Guerra Fria, e que eram opostos aos dois grandes blocos (EUA e URSS). Fonte: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451987000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100016). Acessado em 3/08/2017

desenvolvimento, para a política externa brasileira, priorizando o contexto hemisférico. O vetor africano da política externa brasileira é parte de uma estratégia mais ampla que pretende revigorar as relações Sul-Sul, consubstanciando o ideal de cooperação horizontal (SARAIVA, 1996).

Nesse sentido, as relações afro-brasileiras recuperam o seu conteúdo político. Já não são perspectivadas segundo os limites ideológicos da Guerra Fria ou com o desinteresse da década de 1990, mas sim como o veículo para a instituição de um novo paradigma de cooperação e de desenvolvimento que questiona a ordem global.

As relações Brasil-África também são entendidas pelos teóricos no sentido marítimo, tendo o Atlântico como meio de construção do poder. A definição de Eli Penha do Atlântico como bacia geográfica, vai abranger três principais significados; o de natureza fisiografia, como área geográfica marítima que banha os dois lados, o segundo é de natureza econômica pela existência de fluxo comercial; o terceiro tem a natureza geopolítica, pelas ações dos Estados costeiros e suas projeções de poder no mar (PENHA, 2011). Essas relações são importantes tanto para construção de pontes ou reformas, como também para a construção de estradas marítimas, no sentido de uma interação mais ampla, com o objetivo de agregar esforço para melhorar o aproveitamento das potencialidades que esta bacia oceânica oferece. Essas relações revestem-se também de um instrumento importante como meio de desenvolvimento, paz e cooperação que contribui para amenizar os conflitos mundiais. Pois o mar se apresenta menos temperamental que as fronteiras terrestres, e constitui-se também um espaço de interações sociais (PENHA, 2011).

A política africana do Brasil teve o seu momento de redefinição em 1964, quando o Brasil sofreu o golpe de Estado. Saraiva (1996) salienta que, percepções que haviam ligado os brasileiros à África baseada na solidariedade aos povos recém-independente, e divulgada pelas vozes divergentes na década de 1950 e nos governos Jânio Quadros e João Goulart tiveram que recuar diante do novo quadro político interno. Desse modo, a África para os novos governantes passou a ter o lugar de objeto que assistia a sujeição substituída pelo comunismo. O contexto da luta contra o comunismo, que o Brasil expressamente aderiu, fez com que a política para a África sofresse um claro recesso, cujo consequência mais notável foi o fortalecimento do apoio ao colonialismo português. Paradoxalmente, o discurso pró-independência em relação aos países africanos não é abandonado, mas, no caso português, a independência deveria partir da iniciativa portuguesa, sem intervenções (SARAIVA, 1996).

Com o fim do comércio Brasil - África o Atlântico se tornou em um espaço de atuação marginal da política externa do Brasil rompendo-se assim uma herança da tradição marítima

que permaneceu através da ideia de império brasileiro. O afastamento colocou o Brasil de costas para o continente africano e para a região do Atlântico Sul. (PENHA, 2011).

Depois de quase um século afastado da África, o Brasil começou a dar os primeiros passos da retomada da aproximação com a África. O ressurgimento do interesse brasileiro pelo continente africano foi sustentado na ideia de que o desenvolvimento econômico e a capacidade de exercer influência regional devem evoluir no mesmo sentido, sendo assim a África passou a ser vista como um espaço de exercer influência brasileira na região do Atlântico Sul (PENHA, 2011).

Somente no fim do século quando as influências na África já estavam estabelecidas, e o Brasil afastado durante quarenta anos, foi que se permitiu a presença do Brasil em África. A África Lusófona representava para o Brasil, um lugar de virtual interesse econômico e estratégico. O capítulo que marcou a política exterior do Brasil nas décadas de 1970 foi o retorno do Brasil a África. Os novos movimentos tornavam o Atlântico e o mediterrâneo, e o lugar da África passou a ser diferente daquele que o presidente Jânio Quadros havia imaginado na década de 1960. O Brasil pretendia fazer parte do contexto internacional, e a África representava um bom espaço de manobras no seu jogo de política externa (SARAIVA, 1996).

### **Procedimentos Metodológicos**

Neste capítulo, pretende-se descrever e delinear o percurso metodológico, para que os objetivos propostos no trabalho sejam alcançados. A utilização de procedimento metodológico é fundamental visto que, o mesmo possibilita que o estudo seja conduzido de forma mais coerente. A especificação da metodologia, é que abrange itens que vão responder as questões: Como? Com que? Onde? e Quando? (ROSA, 2015, p. 42). Sendo assim serão apresentados neste capítulo os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa, os tipos de pesquisa, os estudantes, a abordagem e instrumentos de coleta de dados.

### **Delineamentos da Pesquisa**

O delineamento é o planejamento da pesquisa, em uma dimensão mais ampla, que envolve a interpretação de coleta de dados (ROSA, 2015). Para os fins da investigação desse trabalho, foi utilizada a pesquisa exploratória, analítica e descritiva.

- a) **Pesquisa Exploratória:** este tipo de pesquisa possibilita mais proximidade com o problema, tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses.
- b) **Pesquisa Analítica:** quanto aos fins de um estudo minucioso, que busca relacionar o objeto de estudo com outros objetos a ele relacionado. Sendo que no sentido etimológico da palavra, “análise” é um [...] “estudo pormenorizado de cada parte de um todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas etc.” (RODRIGUES, 2007, p. 29).
- c) **Pesquisa Descritiva:** esta pesquisa preocupa-se em descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, é um levantamento de dados com características já conhecidas.

Justifica-se estas opções de pesquisas pelo interesse em conhecer, analisar e descrever os atos internacionais bilaterais vigentes e em tramitação firmados entre Angola e o Brasil.

Quanto aos meios de investigação trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

- a) **Pesquisa Bibliográfica:** essa pesquisa desenvolve-se com base em materiais já elaborados, fontes de estudos publicações realizadas por outros autores por meio de artigos, dissertações, entre outros.
- b) **Pesquisa Documental:** visa obtenção dos resultados por meio de análise dos documentos, fontes de dados de caráter histórico. Pois o trabalho se baseia em documentos publicados por meio do site do Ministério das Relações Internacionais (MRE), do Sistema Consular integrado (SCI), e no site da Fundação Eduardo dos Santos (FESA). Essa pesquisa é semelhante à bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes.

### **Definição da Área ou Estudantes-avos**

O presente estudo analisou a cooperação educacional entre Angola-Brasil, e sintetizou a mobilidade e integração dos estudantes angolanos na UNILAB. Também utilizaremos como método de recolha de informação a entrevista, pois ela é um instrumento de coleta de

informações primárias, através dela se ouve alguém que provavelmente fala como testemunha. Ela também é uma forma de interação social (RODRIGUES, 2007).

A entrevista foi realizada com estudantes angolanos que estão se formando no Brasil pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB/ Ceará. Foi solicitado diante do Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, o levantamento do número de todos os estudantes angolanos. Por se tratar de um estudo exploratório, baseado numa análise do tipo qualitativo, a recolha das informações e a seleção dos entrevistados obedeceu alguns critérios.

A entrevista foi feita na cidade de Redenção, Estado do Ceará, onde se localiza um dos campos universitários da UNILAB. A entrevista foi feita durante os meses de novembro, janeiro e fevereiro de 2016 a 2017 (da elaboração do questionário até a sua aplicação aos entrevistados). No total foram entrevistados vinte (20) estudantes distribuídos por curso, sexo, e ano de chegada no Brasil. Foram onze (11) mulheres entre 21 a 27 anos de idade e nove (9) homens de 22 a 29 anos de idade. E segundo a distribuição por cursos: Administração Pública (4), Engenharia de Energias (5), Bacharelado em Humanidades (1), Agronomia (2), Letras (2), Sociologia (2), Ciências da Natureza e Matemática (2), Pedagogia (1) e História (1).

A escolha de diferentes entradas e a forma como foi aplicado o questionário, justifica-se pelos diferentes acontecimentos que cada estudante enfrentou durante a sua entrada, e o questionário foi aplicado dessa forma, para ter a melhor compreensão por parte da entrevistadora. Cada um dos entrevistados apresenta características diferentes, que por sua vez, se traduzem em trajetórias estudantis e percursos de vida diferentes. O questionário foi feito por via eletrônica e enviado por e-mail a cada entrevistado. Foi escolhido esse método, por se tratar de estudantes com turnos diferentes e campos diferentes, optando-se pela entrevista a partir do recurso *Google docs*. Para facilitar tanto aos entrevistados como a entrevistadora.

Para o levantamento do número de estudantes angolanos, foi feita uma solicitação no mês de novembro a PROGRAD, que respondeu a solicitação após uma semana, fornecendo os dados necessários. No dia 17 de fevereiro de 2017, foi feita outra solicitação direcionada a PROGRAD, para que fornecesse o quantitativo de estudantes ativos na UNILAB, sua distribuição por cursos, os cursos de graduação e pós-graduação à distância e presencial existentes na UNILAB. A PROGRAD fez o encaminhamento da solicitação para a Diretoria de Registros e Controle Acadêmico (DRCA), que por sua vez forneceu as informações que foram usadas para levantar dados sobre a UNILAB.

A seleção dos textos seguiu o critério de temas que estão relacionados com o objeto de estudo, foram usados artigos, documentos, dissertações e monografias de outros estudantes da UNILAB, e foram usados também sete livros impresso fornecido pelo orientador.

#### *Etapa- Fontes*

Foram utilizados 7 (sete) livros como base principal que abordaram sobre o tema em questão. Artigos científicos sobre a temática foram acessados na base de dados Scielo e em outras fontes da internet.

#### *Etapa- Coleta de Dados*

Após ser definida a técnica de pesquisa, faz-se necessário a elaboração de um plano de coleta de dados, que ajudam a estabelecer os meios e fontes serão utilizadas. A coleta de dados seguiu a seguinte premissa:

- a) Leitura exploratória de todo material selecionado, (um estudo minucioso para detalhes que objetiva verificar se a obra consultada é de interesse para o trabalho).
- b) Leitura Seletiva (uma leitura mais aprofundada das partes que realmente interessam).
- c) Registro das informações extraídas das fontes em instrumento específicos (autores, ano, método, resultado e conclusões).
- d) Entrevista (será aplicado um questionário com 18 perguntas).

#### *Etapa- Análise e Interpretação dos Resultados.*

Após a recolha dos dados foi feita uma análise e interpretação dos resultados com finalidade de ordenar e sumaria as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitam a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Também usamos outros meios para reforçar os dados da pesquisa, como a internet, este meio nos ajudou com várias informações como artigos, teses e dissertações de mestrados. Também foram acessados através da internet documentos como relatório da bolsa da FESA, documentos da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) e do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE). No momento da entrevista,

primeiramente foi enviado uma solicitação para os estudantes que foram selecionados seguindo alguns critérios, alguns deles enviaram a respostas no mesmo dia, outros levaram mais tempo, e teve aqueles que não responderam a tempo, o que demandou a seleção de novos estudantes para o estudo. Após enviar o questionário que continha dezoito (18) perguntas, usando o recurso *Google docs*. Apenas uma estudante angolana, que não respondeu o questionário, e por isso teve nove (9) mulheres e onze (11) homens entrevistados, depois de receber todas as respostas foi feita a leitura de cada pergunta, em seguida elaborou-se os gráficos para algumas respostas que necessitavam ser representadas por gráficos. Também foi feito o levantamento dos números de estudantes da UNILAB, depois de ter esses dados através da DRCA e PROGRAD, foram representados nos gráficos para ilustrar esses dados, para melhor compreensão.

# 1 COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADEMICA INTERNACIONAL

Neste capítulo, buscaremos trazer um breve respaldo histórico sobre a cooperação a nível internacional, e seu surgimento entre os países em desenvolvimento, do ponto de vista educacional. Em seguida buscar-se-á compreender os objetivos que levaram o Brasil a firmar os acordos de cooperação técnicas com a República de Angola, e mostrar a abrangência desses acordos e benefícios para os dois lados do Atlântico. Num terceiro momento desde capítulo, discutiremos a mobilidade acadêmica internacional, falar-se-á também da internacionalização do ensino superior, uma vez que esse fenômeno tem influenciado na mobilidade acadêmica.

## 1.1 Mobilidade acadêmica internacional

Entre as atuais políticas para o ensino superior, a internacionalização<sup>3</sup> tem se demonstrado uma estratégia muito importante para a inserção dos países no mundo globalizado, quer seja pela perspectiva de solidariedade, que é propugnada pela UNESCO, quer seja pela tendência mercantilista defendida pela Organização Mundial do Comercio (OMC). Esta parte do primeiro capítulo vai inclinar-se nessa temática, analisando as principais características assumidas no processo de internacionalização da educação superior, tendo como sustentáculo dessa discussão a mobilidade acadêmica internacional, considerada como uma das formas de materialização da internacionalização da educação superior.

O desenvolvimento do mundo trouxe consigo, mudanças culturais, tecnológicas e socioeconômicas nas últimas décadas, criaram novas necessidades para os cidadãos que necessitam de níveis elevados de educação, para atuarem no mundo globalizado. É neste cenário que o ensino superior ganha importância como estratégia de inserção das pessoas no mundo de trabalho, introduzindo os governos e organismos internacionais, as novas diretrizes para atender as novas demandas contextuais que esse processo de mudança traz.

Essas diretrizes, no seu todo, estão articuladas com as atuais tendências que se apresentam como centrais nos estudos e debates que ocorrem no atual mundo globalizado, os quais deixam evidente que a internacionalização da educação superior deve ser

---

<sup>3</sup> Internacionalização é a ação ou efeito de internacionalizar. Surgiu na Europa em 1945 após a Segunda Guerra Mundial, como meio de atender as necessidade de reconstrução dos países que foram destruídos. Tem como objetivo oferecer assistência técnica para o desenvolvimento através de acordos culturais e científicos, mobilidade acadêmica e bolsas de estudos (CASTRO; NETO, 2012, p.2)

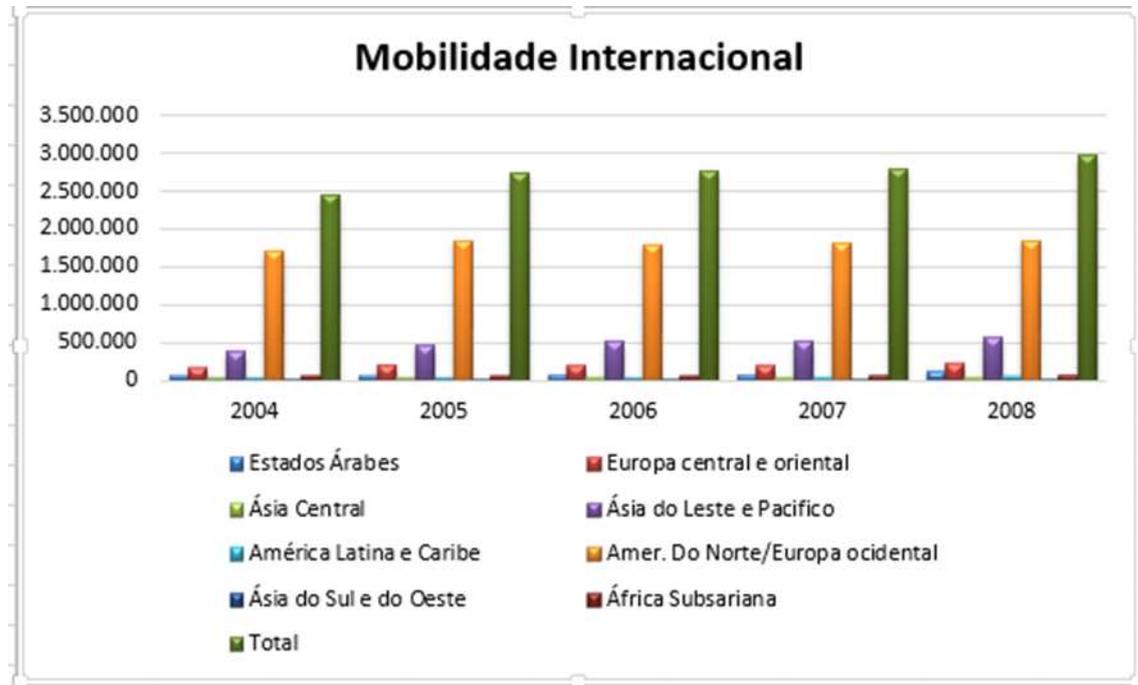
concebida de forma ampla, porque ela compreende além da cooperação técnica, a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da pesquisa e da educação. A mobilidade estudantil não é um fenômeno recente no campo educacional, levando em conta que, desde a idade média as populações a nível mundial eram bastantes móveis. Segundo Charle e Verger (1996), naquela época, nenhuma fronteira era contra a circulação dos homens, tampouco a validade dos seus diplomas. Mas, esse processo não incluía todas as universidades da mesma forma, ficando restritas as grandes universidades (como Paris e Bolonha), pois na altura, por possuírem uma infraestrutura mais organizada do que as de menor porte, eram as mais atrativas para a população estudantil de diferentes lugares (CHARLE; VERGER apud CASTRO; NETO, 2012, p. 4)

A mobilidade acadêmica embora não seja um fenômeno novo, ela é reestruturada na contemporaneidade, em decorrência do aumento do acesso a informação, da necessidade dos países de se inserir em uma sociedade de conhecimento, da redução de custos de formação e para melhor aproveitamento da infraestrutura de comunicação e as estratégias de internacionalização do ensino superior. A mobilidade como fenômeno envolve uma série de fatores que estão na base do sistema e no cotidiano das pessoas, envolvendo todo o sistema de transporte, a gestão de espaços e as interações. Essa mobilidade não envolve somente o deslocamento, ela vai além, pois é social e envolve culturas, meios, estruturas e significados.

Para Lima e Maranhão (2009) o fenômeno da internacionalização no ensino superior ocorre de duas formas: internacionalização ativa -quando os países mantêm políticas de Estado direcionadas para atração e acolhimento acadêmico, oferecendo serviços educacionais no exterior (mobilidade acadêmica); e a internacionalização passiva - que é caracterizada pela inexistência de políticas criteriosas para a mobilidade acadêmica e possui pouca capacidade instalada para acolher os estudantes (LIMA ; MARANHÃO, 2009 apud CASTRO; NETO, 2012, p. 5).

A posição de cada país no cenário mundial, sua importância política, desenvolvimento econômico, científico e tecnológico vai influenciar no processo de receptividade dos estudantes em mobilidade. O “Grafico1” nos permite visualizar a distribuição de estudantes em mobilidade nas diferentes regiões do mundo de 2004-2008.

**Gráfico 1- Distribuição dos estudantes em mobilidade internacional por região de recepção.**



Fonte: (CASTRO; NETO, 2012, p. 6).

O “Gráfico 1” - indica que as regiões com maior recebimento de estudantes em mobilidade nos anos 2004-2008 foi a América do Norte e Europa Ocidental, levando em consideração que em 2004 essas regiões concentravam mais da metade dos estudantes (69,4%), em programas de mobilidade acadêmica, que eram 2.455.260. Essa situação de prevalência se verifica nas análises que foi feita sobre outros anos (2005, 2006, 2007 e 2008), de maneira que nesse período se constatou o aumento de 8,1% de estudantes em mobilidade. Em 2008 essas regiões tinham apenas 62,1% que era 2.965.840, nota-se no entanto uma decadência no número de alunos em mobilidade, uma vez que em 2004 ele abrangia 69,4% de alunos para deter apenas 62,1% em 2008, esse declínio deu-se por conta da perda de espaço com relação as demais regiões.

Em seguida estão as regiões da Ásia do Leste e Pacífico como os segundos maiores receptores de estudantes em 2004, a quantidade de 379.919, esse número cresceu nos anos seguintes chegando com um total de 559.236 em 2008, representando um crescimento de 47,2%. Os países dessa região têm um acelerado crescimento econômico em comum, nem sempre está acompanhado do sistema consolidado do ensino superior, necessitando assim de recorrer em conhecimentos de ponta de países mais desenvolvidos. O fato de que a educação é reconhecida como principal força de produção, desperta para os países em desenvolvimento,

a procura de conhecimento em universidades mais desenvolvidas, em países que detêm o alto grau de tecnologia.

Embora as regiões tenham se inserido de formas diferenciadas no processo de mobilidade, nota-se como mostra os dados do Gráfico 1, que existe um crescimento significativo no número de estudantes nessa condição em 2004-2008. Esse número também cresceu significativamente nos anos 2004-2008 em outras regiões assumindo o seguinte desenho: Estados Árabes 114,2%, Europa Central e Oriental 36,2%, Ásia Central 51,3%, Ásia do Leste e Pacífico 47,2%, América Latina e Caribe 58,0% América do Norte e Europa Ocidental 8,1%, Ásia do Sul e Oeste 42,2% e a África Subsaariana 20,8%.

Embora a América do Norte e a Europa Ocidental tivessem a menor proporção de crescimento em relação as outras regiões, ainda são os detentores da hegemonia na recepção de estudantes em mobilidade. Essas alterações no quadro da mobilidade acadêmica podem ser explicadas, pela necessidade de outras regiões em criar políticas que atraem estudantes, pela necessidade de integração das regiões que se encontram em processo de desenvolvimento ao cenário mundial, e pela necessidade de formação de novas mentes e pela ascendência de novas regiões no panorama mundial.

A mobilidade acadêmica gera dívidas econômicas, e também pode gerar dívidas para os países receptores. Essas dívidas variam, dependendo das taxas que os estudantes têm que pagar com as inscrições nas instituições de ensino dos países receptores, como as despesas com habitação, saúde, transporte, lazer e alimentação que, na sua maioria, são custeadas pelas suas famílias ou por bolsas de estudos que em muitos casos são provenientes dos países de origem.

Com a crescente valorização do conhecimento, as famílias, Estados e empresas, passaram a valorizar mais os centros acadêmicos, que suscitam a pesquisa e formam profissionais com elevadas chances de sucesso profissional. Segundo Filippetti (2007) os países que são reconhecidos pelo poder de atrair e acolher estudantes em mobilidade, além de agregar recursos financeiros, têm ainda como vantagens:

- a) contribuir para ampliar a rede mundial de influência cultural e política; b) selecionar os melhores cérebros; c) beneficiar-se de mão de obra especializada; d) promover transferência de tecnologia; e) criar ambiente de aprendizagem multicultural; e f) enfrentar a imigração não controlada” (FILIPPETTI Apud CASTRO & NETO, 2012, p. 6).

Essa dinâmica vai reforçar a excelência das regiões desenvolvidas, aumentando o desequilíbrio com os países que se inserem periféricamente. Embora os dados do Gráfico 1, tenham mostrado que todas as regiões no processo de mobilidade têm crescido significativamente. Por isso, é possível identificar que mesmo dentro dessas regiões mais desenvolvidas alguns países se destacam no número de acolhimento no processo de mobilidade.

Como exemplos de mobilidade traremos aqui a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Universidades e o programa de internacionalização, Ciências sem Fronteiras. O Ciências sem Fronteiras é um tipo de mobilidade acadêmica que permite estudar em outra instituição, e objetiva o enriquecimento cultural e científico, para a melhoria do currículo do aluno permitindo o desenvolvimento e a influência de outros idiomas para a promoção de uma educação de qualidade.

O AULP<sup>4</sup>, ou Pró-Mobilidade Internacional é um programa de apoio à pesquisa e ao ensino, por meio da mobilidade de docentes e discentes, que visa estruturar, fomentar e internacionalizar os programas de graduação, pesquisa e pós-graduação das universidades integrantes dessa associação. Esse programa é um projeto de pesquisa de um grupo de pesquisadores brasileiros e outro grupo de uma instituição estrangeira que pertence a associação. Tendo como objetivos:

Incrementar o intercâmbio acadêmico entre países e regiões de língua oficial portuguesa;

- contribuir para a inclusão tecnológica e científica dos países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa;

- proporcionar a realização, por parte de estudantes e docentes de universidades brasileiras, de atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em universidades e centros de ensino superior filiados à AULP e situados em países lusófonos localizados na África e na Ásia;

- possibilitar que estudantes e docentes de universidades e centros de ensino superior filiados à AULP, situados na África e na Ásia, participem de atividades de ensino, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em universidades brasileiras (ARAÚJO, 2014, p. 24).

---

<sup>4</sup> AULP- Associação das Universidade de Língua Portuguesa, é uma ONG internacional que promove cooperação e troca de informações entre as Universidades e Institutos Superiores. São compostos por 140 membros dos oitos países que tem o português como língua oficial. Tem como missão facilitar a comunicação entre os membros. Foi fundada aos 26 de novembro 1986. Acessar também: [aulp.org/A\\_AULP](http://aulp.org/A_AULP).

Esse programa foi lançado em julho de 2012, e teve as suas primeiras inscrições abertas até o dia 15 do mesmo ano. Naquele ano foram recebidas 56 propostas, das quais 44 foram aprovadas, totalizando 440 bolsas por ano (bolsa de graduação, mestrado, doutorado, estágios, pós-doutorado e para professores visitantes). O número significativo de inscrições para a cooperação que ganharam destaque foram; Angola, Cabo Verde e Moçambique, com mais de 10 propostas por país.

**Gráfico 2-**Projetos aprovados por área 2012/2013



Fonte: (ARAÚJO, 2014, p. 24).

Um dos programas de mobilidade mais conhecido nos finais do século XX, foi o Erasmus Mundus<sup>5</sup>. Este programa foi criado em 1987 como um programa de mobilidade docente e discente da educação superior, que apoiava projetos de cooperação entre os membros da União Europeia (UE) e associados. Em 2004 iniciou o Erasmus Mundus, um programa com o objetivo de reforçar a qualidade da educação superior nas universidades europeias, ele também buscava restaurar a posição da Europa na liderança frente ao contexto de educação superior, com tudo passou a financiar as parcerias entre IES europeias e outras regiões do mundo.

A globalização trouxe consigo várias transformações, inclusive para o mundo acadêmico. Antigamente a educação era considerada uma transmissão de alta cultura, construção de caráter, a socialização do cidadão diante da sociedade. Hoje em dia ela está voltada para o trabalho, uma preparação profissional com conhecimentos, aptidões de homens e mulheres capazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Daí a necessidade de sair

<sup>5</sup> O **Erasmus Mundus** é um programa de cooperação internacional, criado em 2004 e financiado pela Comissão Europeia, que permite a mobilidade de alunos que estejam no ensino superior. Acessar também [www.bemundus.eu/about?lang=pt](http://www.bemundus.eu/about?lang=pt).

do tradicionalismo e conhecer outras realidades, culturas e educação, para expandir o sistema acadêmico internacional.

## 1.2 Cooperação: uma breve contextualização

A cooperação é considerada como alicerce para o relacionamento de países com o objetivo de atingir ideias comuns, ajuda mútua e solução de problemas levando em conta as diferenças. Embora houvesse menos cuidados ou iniciativas de cooperação durante a primeira Guerra Mundial, o termo cooperação surgiu nos finais da 2ª Guerra. Durante esse conflito, alguns países europeus saíram arruinados, com uma enorme ausência de ajuda externa, o que facilitou o acordo dos outros países nessa causa com o intuito de apoiar os mais necessitados (MANÉ, 2013).

Num primeiro momento, essa iniciativa foi chamada de assistência, e mais tarde em 1959 foi mudado para o termo cooperação. As primeiras ações que poderiam ser chamadas de cooperação foram vistas anos antes dela ser considerada como tal, foi visto em 1944 as primeiras iniciativas de ajuda aos países europeus que foram devastados pela Guerra, principalmente a partir da conferência de *Bretton Woods*<sup>6</sup>. Essa conferência foi extremamente importante para o avanço da cooperação internacional (MANÉ, 2013).

Esse conceito atualmente está se tornando cada vez mais um instrumento importante nas sociedades e no mundo, uma vez que no passado abrangia mais questões de solidariedade. Para Ayllón (2006), o conceito “cooperação ao desenvolvimento” não pode ser resumido em uma única definição, pois ele não é válido para todo o tempo e lugar. O conceito cooperação vem sofrendo alterações em função do pensamento, dos valores e das políticas presentes nas relações Norte-Sul, e dos acontecimentos históricos que influenciaram decisivamente na sua interpretação (AYLLÓN, 2006, apud MANÉ, 2013, p. 32).

O termo cooperação hoje abrange vários assuntos, como a solidariedade, reciprocidade, troca de conhecimentos, solucionar dilemas e o crescimento das nações. Ela é um processo duradouro de trocas e gratificações, quando é dirigido com clareza, e deixar de

---

<sup>6</sup> **Acordo de Bretton Woods** ou ainda "Acordos de Bretton Woods" é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na mesma cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo de tal concerto de nações era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial. Acessar também [acervo.oglobo.globo.com/.../conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-pos-gu](http://acervo.oglobo.globo.com/.../conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-pos-gu)

lado as particularidades, trabalhando para o coletivo. Para Carvalho (2007) a cooperação não pode ser vista como um ato de beneficência e gasto por parte dos doadores, ou seja, dar sem receber nada em troca como é entendido por muitos, mas ser vista como um investimento de interesses, onde quem dá recebe algo em troca (CARVALHO, 2007, apud MANÉ, 2013, p. 32).

Conforme mostra Iglesias (2005) a cooperação deve ser compreendida como um conjunto de ações e relações existentes entre vários países, com o intuito de melhorar os seus programas e intercâmbios, para que dessa forma possam contribuir para a qualidade de vida e do futuro das populações (IGLESIA, 2005, apud MANÉ, 2013, p. 33). As práticas cooperativas baseiam-se principalmente em cooperação vertical e horizontal, abrangendo diversas regiões de acordo com as suas prioridades. A cooperação vertical é baseada nas ligações estratégicas com os países do Norte e Sul, já a horizontal é revigorada pelas alianças dos países do Sul global, principalmente para aqueles que se encontram em pleno processo de desenvolvimento, onde tem se fortificado desde 1978 nos diversos campos de atuação (PECEQUILO, 2008, apud MANÉ, 2013, p. 33).

Ayllón (2006) afirma que, a cooperação ao desenvolvimento pode ser compreendida como um conjunto das interferências de caráter internacional, orientada a troca de experiências e recursos entre os países do Norte e Sul, com o objetivos de atingir metas comuns baseada em critérios de ajuda, equilíbrio, eficiência, interesse mútuo, sustentabilidade e corresponsabilidade (AYLLÓN, 2006, apud MANÉ, 2013, p. 33). Rodrigues (2010), por outro lado, vai apontar os alvos da cooperação Sul-Sul como: a parceria dos países em desenvolvimento em suas atividades comuns, a busca pela solução dos problemas que são enfrentados nessas regiões, acordos nas decisões, visando o crescimento e abrandamento das desigualdades no sistema internacional e melhorar a inserção nesse contexto (RODRIGUES, 2010 apud MANÉ, 2013, p. 33).

A cooperação para o desenvolvimento foi proposta como prática das Relações Internacionais pelos países hegemônicos depois da 2ª Guerra Mundial. Essa cooperação Sul-Sul foi uma alternativa que esses países em via de desenvolvimento encontraram para poder alcançar um desenvolvimento autônomo. Esta ação vem se tornando cada vez mais significativa para o crescimento, assim como tem contribuído para a aproximação e retomada das relações mais igualitárias nas políticas e decisões que os envolvem (BERNDT, 2009 apud MANÉ, 2013). Como sustenta Ayllón (2006) que:

A finalidade primordial da cooperação ao desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza, do desemprego e da exclusão social. Deve procurar o aumento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul. Além do mais, as atuações da cooperação ao desenvolvimento situam-se no quadro mais abrangente das relações internacionais, das quais, constituem âmbito específico, estando dirigidas, principalmente, à melhora das condições de vida da população dos países com baixa renda (AYLLÓN, 2006 apud MANÉ, 2013, p. 33).

No caso do Brasil a cooperação com o continente africano no passado, não era prioridade para a diplomacia brasileira. A sua relação se inclinava mais para os países europeus e com a América do Norte (EUA), naquela época o Brasil não tinha nenhum interesse estratégico que o ligava a África, uma vez que só conseguiam enxergar no continente africano o fracasso, a desvalorização e a falta de capacidade para se fazer presente no cenário mundial (SARAIVA, 2001 apud MANÉ, 2013, p. 34).

A cooperação horizontal atualmente tem ganhado mais espaço na política de cooperação brasileira, devido ao patamar de desenvolvimento que alguns países africanos estão alcançando dentro da nova conjuntura mundial, apresentando uma participação mais ativa dentro desse cenário. Como exemplos temos a África do Sul e a Nigéria, estes Estados estão fortificando cada vez mais suas relações com as grandes potências mundiais, devido as suas notáveis projeções de poder de aquisição de grandes recursos (MANÉ, 2013).

No que concerne a cooperação técnica, ela é um fator que tem auxiliado no desenvolvimento social e econômico de vários países, principalmente daqueles que procuram inserir-se no contexto mundial. É a oportunidade dos chamados países em desenvolvimentos criarem suas próprias oportunidades, tais como os subdesenvolvidos como é o caso dos povos africanos, promovendo sua autonomia, que é um objetivo comum.

Os primeiros indícios da cooperação técnica a nível internacional datam do momento da criação do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944. Quatro anos mais tarde (1948) a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), constituiu a “assistência técnica” como transferência sem objetivar o comércio, por meio da execução de projetos que envolviam técnicas e conhecimentos entre um país tecnicamente mais desenvolvido para outros que precisam desenvolver. Essa característica de transferência vertical, onde um país presta serviço para o outro seria reformulado em 1950, com o objetivo de retirar a ideia de que a palavra “assistência” pressupõe uma desigualdade de desenvolvimento entres esses países. Posteriormente passou a chamar-se “cooperação técnica”, cujo objetivo era passar a ideia diferente, a de igualdade de interesses, mutualidade e

troca entre países nos seus diferentes níveis técnicos (BRASIL, 2012 apud MANÉ, 2013, p. 46).

O mais importante no nível das Relações Internacionais, foi o surgimento da Cooperação Sul-Sul, também conhecida de cooperação horizontal. Essa cooperação surgiu no contexto da descolonização da Ásia e da África, nos anos 1960 e da proposta dos países do Terceiro Mundo, por uma nova ordem Econômica Internacional em 1970. A partir dessa altura a cooperação deixou de ser um organismo de interação entre os países do Norte e Sul, e passou a existir também no sentido Sul-Sul, entre os países em desenvolvimento, assim expresso Oliveira:

Como um dos objetivos configurava a troca de conhecimentos entre os países em desenvolvimento a fim de solucionar os problemas comuns que abrangem as diversas áreas, tais como: urbanização, meio ambiente, tratamento de lixo hospitalar, transporte, educação, saúde, etc. (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011 apud MANÉ, 2013, p. 46).

A cooperação técnica antes de ser avaliada no seu contexto econômico, deve ser avaliada no seu contexto político e estratégico, pois ela é sem fins lucrativos, pretendendo transmitir êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. Vale lembrar que a cooperação horizontal pretende construir relações internacionais justas por meio de ações solidárias entre as nações em desenvolvimento (MANÉ, 2013, p. 47).

A cooperação técnica no Brasil que foi iniciada em 1987, teve um papel muito importante para o seu desenvolvimento, a nação brasileira beneficiou-se dos programas de Cooperação Técnica com os países desenvolvidos. O nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil chamou a atenção dos países subdesenvolvidos nestes setores, pelo qual o Brasil passou a ser uma referência para os países do Terceiro Mundo. Com a expansão da política externa brasileira no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Brasil também passou a formular programas de cooperação técnica junto dos outros países em desenvolvimento, passando assim de receptor para fornecedor. É neste caso onde se destaca a cooperação técnica entre o Brasil e alguns países africanos (MANÉ, 2013).

Alguns críticos colocam em questão a relação de cooperação técnica entre o Brasil e a África, problematizando a vantagem que a mesma pode trazer para o desenvolvimento do Brasil. Lembrando que, os programas de cooperação técnica Sul-Sul, tem como objetivo promover soluções de forma conjunta entre esses países, de modo a enfrentar os mesmos problemas a nível interno como externo. Segundo Saraiva (2001), em 1996 foi criado pelos governos de: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe a Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem como objetivo

principal de promover a cooperação da língua portuguesa entre os países lusófonos, e posteriormente o Timor Leste passou a fazer parte dessa comunidade em 2002 (MANÉ, 2013, p. 47).

A CPLP é o principal veículo das ações de cooperação técnica do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com os países da África portuguesa. Para Coelin (2013) a cooperação técnica segundo a ABC é:

A transferência de conhecimento e experiências em bases não-comerciais, com o objetivo de promover mudanças estruturais duradouras que contribuam significativamente para acelerar o processo de desenvolvimento dos países parceiros, ao mesmo tempo capacitando-os para continuar a atuar de forma autônoma (COELIN, 2013 apud MANÉ, 2013, p. 48).

No século XXI surgem debates antigos sobre o que hoje é chamado de ajuda ou cooperação internacional para o desenvolvimento. Como já foi dito no começo deste o tópico, o termo cooperação surgiu das principais potências a nível mundial, no final da 1ª Guerra Mundial, com a finalidade de promover assistência pública para os países que enfrentavam desastres em decorrência dos conflitos. Se a formulação e estabelecimento do termo ajudam para o desenvolvimento, como uma prática comum nas relações internacionais, tiveram iniciativas de países hegemônicos no pós-guerra, a Cooperação Sul-Sul surgiu da iniciativa dos países em desenvolvimento para criar um desenvolvimento alternativo.

A cooperação Sul-Sul nasceu nos anos 50, em plena Guerra Fria, com o objetivo de transformar o sistema internacional mundial a partir da parceria estratégica entre países em desenvolvimento (AMARAL, 2013, p. 43). Sua existência foi marcada pela ideologia da liberação nacional contra o colonialismo, do não alinhamento e do desenvolvimento em contraposição ao norte. Entre os períodos de 1950 a 1980, a Cooperação Sul-Sul teve a sua primeira fase de desenvolvimento, a segunda fase foi entre 1980 e 1998 a fase de desmobilização, com a crise da dívida e os Planos de Ajustes Estruturais que dominavam a agenda dos países em desenvolvimento. E a terceira e última fase foi de 1999 até o momento, em que os organismos Internacionais impulsionaram a cooperação, e juntamente com outras instituições governamentais e não governamentais reconceitualizaram a cooperação Sul-Sul em torno a transferência de boas práticas.

Os planos de ajustes e intervenção dos organismos internacionais impulsionaram a Cooperação Sul-Sul no âmbito da educação. Programas educacionais voltados para essa área são vistos como estratégia para o desenvolvimento dos países do Sul e as boas práticas

também são compartilhadas no âmbito de diálogo entre os países. O marco da cooperação em educação foi a criação do Programa “Educação para Todos” da UNESCO, que concentrou suas ações nos chamados países E-9, são aqueles países com maior concentração de população do mundo. Estes países também são vistos como potências “exemplos” para outros, no que se refere a políticas educacionais. (AMARAL, 2013, p. 43)

A cooperação educacional, como todas outras modalidades de cooperação, enfrenta diversos desafios de ordem conceitual e metodológica. No caso da cooperação no ensino superior em África, Carlos Lopes (2008) aponta algumas perguntas, do tipo:

Que tipo de apoio deve ser dado para as Universidades? Quais são os vícios de forma que já existem nas experiências de cooperação até o momento? Qual é a evolução da procura nas universidades em África, ou do sistema universitário africano? Qual é o papel estratégico que nós pensamos que as universidades devem ter em África?” (LOPES, 2008:61 apud AMARAL, 2013, p. 47).

Nas décadas de 60 e 70, as fundações americanas juntos com a UNESCO, impulsionaram na consolidação das universidades africanas. A este tipo de ações o autor considera de caráter pontual. Mais tarde teve também o apoio do Banco Mundial, e a cooperação passou a ser concentrada integralmente no ensino básico, deixando assim o ensino superior sem apoio. Essas políticas que foram generalizadas pelas agências de cooperação, se articulam com dois processos idênticos: por um lado essa formação básica vai possibilitar a capacitação de uma geração em que a população trabalhe no sistema de produção neoliberal que são propostos nos Planos de Ajuste Estruturais, e que também são criados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e por outro, vai dificultar a entrada desses cidadãos em cargos de grande porte, como a direção de uma empresa, Organizações Não Governamentais (ONGs), de cooperação e outras instituições de apoio ao desenvolvimento, que estão instaladas nesses países. (AMARAL, 2013, p. 47)

Atualmente esse processo de Cooperação Sul-Sul, não é só observado por novos atores que nela estão envolvidos, mas também por novas práticas, visto que esta cooperação já não se limita no comércio e no desenvolvimento industrial, mas também tem se ampliado para os setores da proteção social, saúde e educação. E esta expansão tem recebido apoio e financiamento de organizações internacionais. Cabe mencionar nesse contexto de maior importância e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, a mudança do nome da Unidade

Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento<sup>7</sup> (SU/TCDC) do PNUD, para Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (SU/SSC) em 2003.

A SU/SSC foi criada com o objetivo de ajudar as agências da ONU e os PEDs no fortalecimento das suas capacidades de Cooperação Sul-Sul. Também apoia os esforços dos países para projetar, gerenciar e implementar políticas de Cooperação Sul-Sul, além de defender e apoiar iniciativas Sul-Sul. Essa mudança de nome representou mais do que uma simples troca, uma vez que, a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) é um processo onde os países envolvidos buscam seu desenvolvimento individual ou coletivo. Diferente da Cooperação Sul-Sul ela abrange um conceito mais amplo de cooperação técnica.

A Cooperação Sul-Sul de modo geral, implica que os PEDs, se unem ao identificarem determinados problemas ou interesses comuns, o que mostra que essa cooperação dá-se a partir de uma situação objetiva. Pois os países reconhecem que agindo isoladamente teriam resultados insatisfatórios, porém quando se unem possuem melhor êxito nos seus interesses.

### **1.3 Cooperação educacional Angola-Brasil**

A cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, no dia 11 de junho daquele ano. No âmbito desse acordo, Brasil e Angola desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura (ABC, 2011, p. 1).

As relações Angola-Brasil datam desde a era colonial devido ao tráfico de escravos, e principalmente, pelo fato do Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência angolana em 1975. O Brasil sempre esteve ligado ao continente africano, especialmente no que se refere as colônias portuguesas em África. Esse relacionamento advém desde o século XVI, quando os dois países eram colônia do império português.

Em 2006, os governos de Angola e Brasil estabeleceram contatos para a elaboração de um projeto, esse projeto tinha como objetivo implantar cinco centros de Formação

---

<sup>7</sup> A SU/TCDC (sigla em inglês) foi criada em 1974, na Assembleia Geral da ONU, dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Essa Unidade Especial foi fortalecida com a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), em 1978, pela Assembleia Geral da ONU para a promoção e implementação da SU/TCDC, a fim de promover, coordenar e apoiar a cooperação Sul-Sul globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas. (FERNANDES, 2012).

Profissional em Angola, nas áreas de construção civil e indústria, com sedes implantadas estrategicamente como mostra a figura 1, nas províncias de Luanda, Benguela, Malanje, Huambo e o Zaire.

Em 2008 foi assinado o acordo de cooperação técnico-científico que priorizava o desenvolvimento social do país, por meio das ações educacionais, que levassem em conta o contexto social. Baseado nisto, o projeto Angola-Brasil caracterizou-se como uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) e o Ministério das Obras Públicas de Angola (MINOP), que foi estabelecido por três anos até 2011.

Estes projetos servem também para estreitar laços, não só com Angola, mas também com os restantes países integrantes da CPLP em África, que buscam a independência científica e tecnológica dos seus países.



Figura 1- Localização dos Centros de Formação Profissional em Angola. (Fonte: ROSA, 2011, p. 22).

A Diretoria do Gabinete de Apoio à Formação Profissional do (MINOP) em Angola ressaltou que:

O Centro é um esforço para integrar a sociedade à reconstrução do país, que se torna, a cada dia, um canteiro de obras maior. Trata-se de uma formação rápida e de fácil acesso ao mercado de trabalho. (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Apud ROSA, 2011, p. 23).

Em contrapartida o IFF, conforme constam nos documentos legais do projeto, esta parceria tem a responsabilidade de:

Concepção e elaboração do projeto de desenvolvimento institucional;

Elaboração do projeto arquitetônico para a construção dos centros de formação profissional;

Especificação e acompanhamento da instalação dos apetrechos, conforme a concepção arquitetônica;

Assessoria de gestão por um período de três anos;

Elaboração da estrutura organizacional com definição de funções e atribuições;

Realização de visitas técnicas para acompanhamento e implementação dos centros;

Implantação de ferramentas gerenciais de controle;

Implantação e desenvolvimento de *softwares* de sistemas acadêmicos;

Capacitação de docentes nas áreas de construção civil e indústria;

Capacitação de técnicos administrativos;

Instalação de laboratórios de informática e laboratórios das áreas de construção civil e indústria;

Concepção e elaboração de títulos de natureza didática como suporte à metodologia de ensino, disponibilizado em versão digital (ROSA, 2011, p. 23).

Este projeto é custeado pelo governo angolano com mediação da construtora Odebrecht, empresa brasileira que é responsável pelas obras de construção de centros técnicos de ensino. E os recursos são administrados pela Fundação Pró-IFF, sem fins lucrativos. Esse projeto Angola-Brasil apresenta-se efetivamente como um instrumento de expressão educacional.

A consolidação garante a mesma estrutura em todos os centros educacionais nas diversas cidades, com o objetivo de proporcionar ações e desdobramentos idênticos no processo de ensino e aprendizagem. A figura 1 mostra a intensão de oferecer aos alunos a oportunidade de agregar o aprendizado teórico, às praticas técnicas, que possibilitam ao aluno uma capacitação aplanada no conhecimento científico, valorizando o saber e baseado nos moldes da instituição brasileira onde se fundamenta esse conceito.

Essa ideia visa permitir ao aluno associar a teoria com a realidade, com logica e clareza, com o objetivo de formar profissionais capazes de corresponder as exigências do mercado de trabalho, e principalmente que vão de acordo com a realidade do país.



Figura 2- Representação Física dos Centros de Formação Profissional de Angola (Fonte: Projeto Angola-Brasil, apud ROSA, 2011, P. 25).

A tese que tem prevalecido de ajuda desinteressada dos países ricos e desenvolvidos para com os países por eles classificados como subdesenvolvidos, nos termos em que começou a ser praticada no período do pós 2º Guerra Mundial, tem sido questionado pelos estudiosos de relações internacionais, os quais argumentam que essa cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países centrais e periféricos se constitui historicamente em uma ferramenta de dominação política e extração de benefícios econômicos.

A posse de Luís Inácio da Silva Lula para o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, em 2003, deu abertura a um novo capítulo nas relações entre o Brasil e África em particular a África portuguesa. Em seu discurso de posse o novo chefe de Estado brasileiro destacou que o continente africano seria um vetor fundamental na política externa. A cooperação educacional e a cooperação técnica internacional de forma geral ganharam outros contornos no governo Lula (2003-2010), dando destaque as relações do Brasil com a África portuguesa especificamente falando.

Com o processo de superação dos problemas políticos em África, o continente tem alcançado novos patamares, rumo ao desenvolvimento das economias dos seus países, como já foi dito nos parágrafos anteriores, a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, na qual se insere a cooperação educacional, pode ser entendida como um instrumento da política externa brasileira. O documento Educação como ponte estratégica Brasil-África: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, foi elaborado pelo Ministério da Educação, a partir das discussões realizadas na reunião interministerial em maio de 2013, na Bahia, onde se reuniram os ministros da educação e do ensino superior dos países da África portuguesa, juntamente com o representante e dirigente da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), da UNESCO, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

(FAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Programa Mundial de Alimentos, além de reitores das universidades federais brasileiras e outras autoridades, com o objetivo de sistematizar as principais diretrizes desse programa.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2001 foi lançada a Legislação pertinente à educação, a "Lei de Base do Sistema de Educação nº13/01". Um dos objetivos principais da lei está no Artigo 02, parágrafo 04, onde:

"O Estado Angolano pode, mediante processo e mecanismos a estabelecer, integrar no Sistema de Educação, os estabelecimentos escolares sediados nos países onde seja expressiva a comunidade angolana, respeitando o ordenamento jurídico do país hospedeiro".

Compreende-se que esta lei em vigor está de acordo com o Projeto Brasil-África.

Ainda na legislação encontram-se alguns artigos referentes a todas as modalidades de ensino, inclusive a de nível superior, intitulada Subsistema do Ensino Superior, Secção VII, com os seguintes artigos: 35, 36, 37, 38 e 39. Onde o artigo 36 ressalva que: "Promoção da pesquisa e a divulgação dos seus resultados para o enriquecimento e o desenvolvimento multifacético do país".

Este desenvolvimento do país tinha como base os destinos escolhidos pelos angolanos que sempre foram de segmentos aos países Angola - Portugal - Brasil devido ao modelo diásporo da época. Com isso, "o Brasil tem conquistado o seu espaço no relacionamento com Angola e tem conseguido firmar-se como país de destino para os estudantes angolanos darem continuidade à sua formação". Neste sentido precisamos compreender o porquê destes jovens angolanos escolheram o exterior e quais subsídios utilizaram para fazer as suas escolhas de Integração Profissional e Reconstrução Social.

Atualmente, segundo o Ministério da Educação de Angola, há acordos de parceria entre o Brasil e Angola, que visa possibilitar aos angolanos a experiência de vivenciar uma nova educação superior. Este projeto tem contribuído atualmente na formação de quadros de africanos em relação a esta modalidade de ensino. Este, dando ênfase à qualidade de vida e reflexo do nível de educação em que se encontra sob o seguinte título: "Educação como Ponte Estratégica Brasil-África".

Desse modo está em andamento várias ações elencadas como parte do programa de cooperação educacional entre o Brasil e África como mostra o Quadro 2. Segundo esse documento "se busca estabelecer uma ponte mais estável e pensada entre todos e, assim, colocar a educação na agenda central da cooperação e na atuação estratégica para a melhoria

da qualidade de vida das sociedades do sul” (BRASIL, 2013 apud SILVA, 2014, p. 5). Dentre essas ações elencadas, focaremos nos projetos relacionados diretamente à educação em Angola.

**Quadro 2: Ações em Andamento que passaram a integrar o Programa de Cooperação Educacional Educação como ponte estratégica Brasil – África a partir de maio de 2013/ Angola.**

Ações	Projetos	Período de Ação	País
Desenvolvimento curricular	O projeto <i>Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular</i> foi desenvolvido entre 2007 e 2011 pela Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC) e pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação de Angola (INIDE/MED), com objetivo de implementação da reforma curricular em Angola, por meio da capacitação de técnicos em educação	A partir de 2007	Angola
PEC-G	Um dos programas de mobilidade mais antigos do Brasil. Desenvolvido pelos ministérios da Educação e das Relações Exteriores (MEC e MRE) em parceria com instituições de educação superior brasileiras, oferece vagas para estudantes africanos cursarem graduação completa no Brasil, com oferta de bolsas dos governos do Brasil e dos países parceiros	A partir de 1995	Angola e outros integrantes da CPLP
PEC-PG	Projeto desenvolvido pela CAPES/MEC,	A partir de 1981	Angola e outros integrantes da CPLP

	CNPq/MCTI e MRE, financia anualmente 210 bolsas a estudantes africanos para mestrado e doutorado. Há perspectiva de ampliação da oferta para 500 bolsas anuais de mestrado e doutorado.		
--	---	--	--

Fonte: (SILVA, 2014, p. 9).

Em 1980, cinco anos após o Brasil ter reconhecido a independência de Angola, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro visitou a República da Zâmbia, a convite do Ministro de Negócios Estrangeiros Wilson Mofya Chakulya. Esta visita realizou-se de 3 a 5 de junho, onde os dois países comprometeram-se em ajudar a África Meridional. Diante dessa visita surge o Acordo de Cooperação Cultural e Científica, que foi firmado em Luanda aos 11 de junho do mesmo ano, iniciava-se assim a parceria entre os dois países, com o intuito de fortalecer os laços e promover relações culturais e científicas (CALETE, 2016, p. 6).

De acordo com o artigo I do Acordo de Cooperação Cultural e Científico (ACCC), as partes contratantes desse acordo devem comprometer-se em promover a cooperação conjunta nos domínios da cultura, da educação e da ciência, da arte, e dos desportos. O mesmo acordo no seu artigo III complementa que:

[...] Cada parte contratante concederá ou estimulará a concessão de bolsas de estudos a nacionais da outra parte para iniciar ou prosseguir estudos, estágios, cursos de especialização ou de aperfeiçoamento. Aos beneficiários dessas bolsas serão concedidas dispensa de exames de admissão e dos pagamentos de taxas de matriculas. As condições de envio e estadia dos beneficiários de bolsas de estudo, no território da outra parte, serão definidas em protocolos a estabelecer com cada organismo específico (MRE, 1980 Apud CALETE, 2016, p. 04).

O ACCC que foi realizado em junho de 1980 pelo Embaixador brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro e pelo Ministro das Relações Exteriores em Angola Paulo Jorge, deu continuidade para o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica (ACECT) e de acordo com o artigo II desse novo acordo os dois lados do atlântico devem assumir o seguinte:

[...] a) intercâmbio de informações bem assim a organização de meios adequados à sua difusão; b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização, através de concessão de bolsas de estudo para

especialização técnica; c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum; d) intercâmbio de peritos e cientistas; e) organização de seminários e conferências; f) envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos; g) qualquer outra forma de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes (MRE, 1980. Apud CALETE, 2016, p. 04).

O Memorando de Entendimento para Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos, que foi celebrado em 18 de outubro de 2007 em Luanda, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim, e pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola João Bernardo de Miranda, no seu artigo I os dois países decidiram:

Estabelecer um "Programa de Formação Científica para Estudantes Angolanos" (PFCA), a ser elaborado e desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação do Brasil, com o objetivo de contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em Angola, estipulando vocações científicas na comunidade universitária (MRE, 2007 Apud CALETE, 2016, p. 5).

Sendo assim, com a sucessão dos acordos, em junho de 2010 foi firmado a declaração sobre a Parceria Estratégica entre os dois países, que se constituiu um dos principais atos internacionais. Esse acordo de Parceria Estratégica definiu áreas de interesses mútuas e prioridades em termos de cooperação técnica, integração econômica e política. A visita da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff a Angola, possibilitou a retomada de Atos bilaterais do mais alto nível.

O ato mais recente foi celebrado em junho de 2014, o Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a facilitação de vistos, que entrou em vigor em janeiro de 2015. Do lado brasileiro o responsável pela execução foi o Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado e pelo lado angolano foi o Ministro das Relações Exteriores Georges Rebelo Pinto Chikoti.

#### Atos Internacionais Bilaterais em Tramitação

Quadro 3- Atos Internacionais Bilaterais entre Brasil e Angola

Atos Internacionais	Celebração
[...] Acordo de Cooperação entre o Brasil e Angola no domínio da Defesa	23/06/2010
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Angola no domínio da Educação Não-Superior e Formação	23/06/2010
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Angola no domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e Angola	01/04/2015

Fonte: (MRE,2015 Apud CALETE, 2016, p. 6)

### **Convênios– Angola**

- **Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda**
- Assinatura: 20/04/2012 / Validade: 5 anos
- **Universidade Agostinho Neto**
- Assinatura: 19/04/2012 / Validade: 5 anos
- **Universidade 11 de Novembro**
- Assinatura: 25/11/2013 / Validade: 5 anos
- **Universidade Kimpa Vita**
- Assinatura: 23/05/2014 / Validade: 5 anos

Até aqui percebemos como decorreu a cooperação entre Angola-Brasil, que além de partilharem a mesma história colonial, hoje partilham conhecimento e tecnologia. Recentemente, podemos perceber que o relacionamento, entre Angola e Brasil aspira um novo modelo da política externa, sendo esta impulsionada pela reorientação da política brasileira durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), elegendo assim, a Angola como um dos principais apoios do Brasil. Assim, como país em crescimento, vem agregar o seu intercâmbio com o continente africano, numa perspectiva de se harmonizar com a história vivida pelos dois países, mas também de reconhecimento do papel estratégico de Angola na região.

## 2 MOBILIDADE ACADEMICA DOS ESTUDANTES AFRICANOS

As relações Brasil e África datam desde o século XVI, interligados no contexto do tráfico transatlântico de africanos escravizados, vínculos que foram mantidos até ao processo da abolição da escravatura. Desde então se desenvolveu uma lacuna nas relações que se expandiu até os meados do século XX, quando se deu início as emancipações independentistas dos países africanos, e assim teve uma nova configuração das relações Brasil-África. Com a expansão das independências dos países africanos nos anos 60 e 70, começou a se desenvolver uma relação mais próxima, entre o Brasil e a África.

Nesta parte da pesquisa, abordar-se-á sobre as gêneses do ensino superior no continente africano, uma breve contextualização do mesmo, em seguida debruçaremos sobre a mobilidade dos estudantes africanos, mostraremos programas que incentivam a mobilidade estudantil em África, o PEC-G como um programa de mobilidade em África, faremos também uma breve abordagem sobre o sistema educativo de Angola e Brasil, mostraremos as políticas e programas do governo angolano para a mobilidade estudantil, se buscará analisar e compreender o que tem motivado a mobilidade de jovens angolanos para o exterior.

### 2.1 Ensino superior em África: breve contextualização

Em África a universidade é uma instituição com raízes culturais antigas, a primeira universidade surgiu no Cairo-Egito, a Universidade de Al-Ahzar em 988, antes mesmo de algumas universidades europeias tais como a de Paris (1150), a Montpellier (1181), a Oxford (1167) e a de Bolonha (1088). A Universidade de Al-Ahzar oferecia cursos como: Engenharia, Farmácia, Agricultura, Estudos Dentário, Estudos Filosóficos, Corânicos e Islâmicos (KANDINGI, 2016, p. 20). A segunda universidade africana foi a Universidade de Sankoré, situada da cidade de Tombuctu no Mali entre os séculos X e XII, a primeira universidade ao Sul do Saara. Essas duas universidades são reconhecidas em quase todo o mundo pelo seu vigor intelectual.

Doutores e professores descolavam-se até a cidade de Tombuctu para ministrar cursos, contribuindo para o desenvolvimento. Segundo a reportagem de Joseph Ki-Zerbo, afirma que:

Naquele tempo, Tombuctu era sem igual entre as cidades do país dos Negros pela solidez das instituições, pela liberdade política, pela pureza dos costumes, pela

segurança das pessoas e dos bens, pela dinâmica e compaixão para com os pobres e os estrangeiros, pela cortesia em relação aos estudantes e aos homens de ciência e pela assistência prestada a estes últimos. (KI-ZERBO, 1972 apud KANDINGI, 2016, p. 20).

Tombuctu era uma cidade com poderosos focos e economicamente próspera, onde os negócios e a ciência não ficavam atrás dos espíritos criativos e inovadores daquela época. É neste sentido que a universidade no continente africano surgiu como uma possibilidade de encontro com a ciência, o desenvolvimento e o vasto patrimônio cultural, constituindo assim o renascer da África negra (KANDINGI, 2016). Sendo assim, pode-se dizer que em uma perspectiva histórica, a existência de universidades no continente africano se remete ao primeiro milênio.

As universidades modernas africanas foram criadas durante o período colonial e antes de 1960 as instituições de ensino superior existiam apenas em 18 dos 48 países da África Subsaariana, após as independências estas eram vistas como símbolos nacionais, à semelhança do hino, da bandeira, da moeda e dos presidentes. Os centros universitários de Makerere, Acra e Ibadam surgiram no pós 2º Guerra Mundial, nessa época as potências coloniais procuravam a manutenção da sua influência sobre as elites, sendo o ensino universitário o único e principal meio para cumprir esse objetivo.

Grande parte das universidades atualmente existentes no continente africano foi criada no período pós-independência, Mamdani (2008) mostra o caso da Nigéria, para ilustrar o processo de crescimento das universidades no continente, que em 1961 registravam 1.000 estudantes, e num espaço de 38 anos (1999), passaram a ter 41 universidades e 131.000 estudantes (MAMDANI, 2008 apud KANDINGI, 2016). O ensino superior neste contexto foi visto como fruto de implantação de um Estado moderno, pois foram construídas universidades com vocação ao desenvolvimento, esse processo se realizou em dois níveis na universidade de Da-res-Salaam: o primeiro foi o mais superficial, a descolonização daqueles que se identificaram com a política de africanização, e a segunda foi a mais profunda, a descolonização dos currículos.

Concernente aos cursos ofertados por essas universidades, os mesmos abrangiam todos os campos da ciência refletindo nas ambições do desenvolvimento dos países que alcançavam as suas independências. As universidades fundadas como instituições públicas serviam um objetivo público, um conjunto de universidades como a Makerere, a de Dakar, a de Dar-es-Salaam, a de Fourah Bay, a de Ibadam, a de Legon, a de Cartum, a do Cairo, a de

Argel e a de Ahmadu Belo, desempenharam papéis importante de “*melting pot*” do Pan-africanismo, atraindo estudantes do mundo todo (KANDINGI, 2016).

Para atender as necessidades do continente, as instituições de ensino superior deram início as reformas que basearam-se no aumento do número de docentes e de funcionários, e foi feita uma revisão curricular com objetivo de construir um sistema educativo que refletisse em um paradigma alternativo. Neste contexto precisava-se pensar no ensino superior como um bem público. O ensino superior em África era reconhecido como um sector chave e fundamental para a modernização das sociedades, cabendo assim aos políticos à definição de quadros normativos e reguladores desse subsistema.

## 2.2 Mobilidade dos estudantes africanos

A reaproximação do Brasil com África após a ruptura dessas relações durante aproximadamente um século, se deu por etapas. Assim na segunda metade do século XX, essa política africana brasileira foi estabelecida e a partir daí, apresentou certa continuidade, apesar dos diferentes enfoques dados pelos sucessivos governos. Saraiva (1996) ilustra “o lugar da África” para expressão da política externa do Brasil, essa política evolui para o âmbito da política de inserção do Brasil na agenda internacional. O objetivo desse capítulo é fazer uma sucinta abordagem da política africana brasileira nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, abordaremos também sobre a mobilidade acadêmica de africanos e programas que incentivam essa mobilidade, as políticas desenvolvidas, por parte do governo angolano para o incentivo da mobilidade dos estudantes angolanos.

O processo de descolonização da África trouxe consigo a construção de novos Estados independentes, essa conjuntura criou condições favoráveis, para o continente estabelecer relações internacionais. Nesse período inicia-se a política africana brasileira, com uma aproximação econômica ativa no continente. Para Saraiva (1996), há consenso entre os estudiosos da política externa brasileira de que a década de 1960, particularmente, nos governos dos presidentes Jânio Quadros<sup>8</sup> (janeiro-agosto de 1961) e João Goulart<sup>9</sup> (1961-1964), foi o período que renasceu o interesse do Brasil pela África. O autor observou que a gestão da política dos anos 1960 foi consequência das mudanças que ocorreram nas décadas

---

<sup>8</sup> Jânio da Silva Quadros teve um rápido governo, durou poucos meses (de janeiro a agosto de 1961). Foi o primeiro presidente brasileiro a externar a inflexão da política brasileira para África.

<sup>9</sup> João Belchior Marques Goulart governou o Brasil do período de set. de 1961 a março de 1964. Foi o décimo sétimo período de Governo Republicano no Brasil. Em 1964 ocorre o Golpe Militar no Brasil que foi até 1985.

anteriores que “a redescoberta da África como área importante para a formulação da política exterior do Brasil emergiu no contexto imediato do pós-Segunda Guerra Mundial<sup>10</sup>” (SARAIVA, 1996, p. 22).

Foi no governo de Jânio Quadros e João Goulart que se estabeleceu a política africana brasileira, a chamada Política Externa Independente<sup>11</sup>. Esses novos direcionamentos da política externa de Jânio Quadros foram declarados em sua mensagem ao Congresso Nacional, na qual sustentou que seu governo assume “uma posição internacional mais afirmativa e independente” e também defendeu uma política de aproximação com a África, conforme pode se ver:

Não menos importante, hoje em dia, os laços tradicional que nos ligam a Europa são os interesses, aspirações e ponto de contato entre o Brasil e os povos da África e Ásia [...] O nosso esforço em África, por mais intenso que venha ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano<sup>12</sup>.

Desse modo foi criado no governo Jânio Quadros o Instituto Brasileiro de Estudo Afro-Asiático<sup>13</sup> (IBAA) em 1961, destinado a aumentar as relações do Brasil com os países da África e Ásia. O sucessor de Jânio Quadros, o Presidente João Goulart ao assumir o governo reiterou os princípios do anticolonialismo, antirracismo e autodeterminação dos povos, demonstrando que havia continuidade nas diretrizes da política externa brasileira para a África Negra. O aspecto fundamental da política externa brasileira dessa época, foi a imagem do Brasil em África com o objetivo de facilitar as relações políticas, comerciais e culturais.

Os fluxos de mobilidade no contexto africano remontam desde os processos ancestrais, não só pelo fato de ser o berço da humanidade, mas também por razões que vão desde as questões de climas no interior do continente, aos processos violentos da islamização, conflitos entre os diferentes impérios e reinos, até ao processo de colonização que obrigou o povo

---

<sup>10</sup> Saraiva, explica que “o estudo da documentação diplomática disponível nos relatórios econômicos, bem como dos papéis parlamentares, provam que os elementos iniciais da política brasileira para África datam do final da década de 1940 e dos anos 1950”. (SARAIVA, 2012, P.26)

<sup>11</sup> Para mais profunda explicação acerca das características e do desenvolvimento dessa Política Externa Independente (PEI), consulte também: Cervo, Amado Luiz. **História da Política Externa do Brasil**.

<sup>12</sup> Mensagem do Presidente Jânio Quadros no Congresso Nacional, op. Cit. P.23-24

<sup>13</sup> O IBAA foi criado em 14-abril-1961 com o objetivo de estudar as realidades do mundo afro-asiático e produzir obras a respeito. Antes de encerrar suas atividades em 1964, editou 34 obras, além de muitas publicações avulsas e ter organizado vários debates e seminários. (MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p.315).

africano a deslocar-se constantemente, talvez foi o continente onde se deu a maior mobilidade. Além dessas questões apontadas, sempre existiu em alguns países africanos a mobilidade por questões de estudos, como é o caso de Angola, onde o primeiro registro de mobilidade acadêmica datam desde 1964, período em que a presença do colonizador ainda era efetiva.

Desde 1919, já se registrava a presença de estudantes estrangeiros no Brasil, oriundos da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, que estavam no país cursando o Ensino Superior na Escola Militar e na Escola Naval. No que diz respeito ao convenio educacional, entre o Brasil e os países africanos, este se instituiu a partir de uma ação diplomática pioneira da Universidade da Bahia-UBA, através do Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO com o Itamaraty, essas instituições foram responsáveis pelo intercâmbios com países africanos. Os pesquisadores das religiões de matriz africana da Bahia tinham interesses nessa aproximação educacional, com os povos nagôs ou iorubas, na perspectiva de ter um contato direto com os ancestrais com o objetivo de reativar as conexões culturais.

A vinda dos estudantes oriundos dos países da África Ocidental (iorubas e nagôs) significava a reativação dos laços culturais e religiosos. A vivência destes atores sociais no Brasil era fundamental para os pesquisadores buscarem raízes da africanidade baiana nos estudantes iorubas e nagôs. Portanto, contato com os estudantes significa encontro com 'ancestrais'. (REIS, 2010 apud TCHAM, 2012, p. 22).

Neste sentido pode-se dizer que a religião também era uma das perspectivas que impulsionaram a cooperação educacional entre o Brasil e os países africanos no início da década de 1960, o primeiro grupo de estudantes africanos chegou à Bahia em 07 de dezembro de 1961, composto por 15 estudantes, dentre os quais, cinco (5) do Gana, quatro (4) do Senegal, dois (2) de Cabo Verde, um (1) de Camarões e três (3) mestiços de origem francesa. Em 1964, o Programa Estudante Convênio de Graduação- PEC-G, recebeu o seu nome que vigora até hoje em documento do Ministério de Relações Exteriores. Em 1967, a comissão ministerial elaborou o primeiro instrumento normativo com 19 cláusulas, adequado ao padrão de um convênio regular e institucionalizado, no qual regulamentava a oferta e distribuição de vagas de acordo com o país.

No início dos anos 70 do século XX a presença dos estudantes africanos dos países da CPLP nas universidades brasileiras estava se tornando visível, por conta da euforia do processo das independências dos países africanos de colonização portuguesa. Em 1974, registrou-se o ingresso de mais de 1.600 estudantes, a partir desse período o PEC-G deixou de

restringir-se aos países latino-americanos, e ampliou-se ao caráter formal para os países africanos:

O estudante-convênio é um aluno especial, selecionado diplomaticamente em seu país pelos mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Este visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior, dos países signatários dos Acordos de Cooperação (Manual-PEC-G apud TCHAM, 2012, p. 23).

Em 1990 foi concluída a versão atual como 5º Protocolo e traz em seu conteúdo as diretrizes definidas no Manual do Estudante-Convênio, a partir dele, o PEC-G daria prioridade aos países que apresentassem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, acordos entre o Brasil e os países interessados, por via diplomático.

No período pós-independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a mobilidade de estudantes africanos se dava com frequência com a antiga União Soviética. Com o fim dela, no final de 1991, a esfera política e econômica gerou uma forte tensão para esses países recém-independentes, que acabou desencadeando um processo de alinhamento político e ideológico com necessidade de integração desses países. Esse processo atravessa a recomposição das estruturas educacionais e consequente requalificações de recursos humanos, desses países, através de acordos internacionais, onde o intercâmbio passa a ser o único instrumento importante na promoção de novas oportunidades de formação. (TCHAM, 2012).

Os fluxos de estudantes africanos vindo dos PALOP têm aumentado cada vez mais nas regiões do Nordeste brasileiro, quer em número, quer em termo da diversidade de origem étnica, apresentando um perfil que contribui positivamente na reconfiguração do corpo discente, na dinâmica intercultural do espaço acadêmico de chegada e no processo de internacionalização do conhecimento promovido pelas instituições acolhedoras.

Ao falar sobre a história do Programa de Estudante-Convênio (PEC-G), isso nos remeteria no tempo, a um ciclo de meio século de história, pois foi nos anos 1960 que o Brasil começou a ter relações e programas de cooperação educacional internacional e técnica com os países em via de desenvolvimento, países africanos e latino-americanos. Atualmente os países asiáticos também fazem parte dessa cooperação. Como foi dito no começo desse capítulo, desde a época colonial e durante o período escravocrata, algumas elites africanas já enviavam seus filhos à terra de Vera Cruz, para fins de formação educacional.

A cooperação educacional e cultural do Brasil com os países africanos só começou a ser notável a partir da década de 1960, com o tardio processo de descolonização do continente. O PEC-G é um programa de cooperação técnica e educacional internacional do Brasil direcionado aos países em vias de desenvolvimento ou países considerados pela literatura como países do Sul global, por não fazerem parte ainda do grupo de países centrais e do Norte global. Portanto, o PEC-G interpreta-se num significativo dispositivo de cooperação educacional internacional em que o Brasil disponibiliza aos países que se encaixam neste perfil.

Este programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores ou ainda pelo Itamaraty, pelo Ministério da Educação (MEC), com a colaboração da Secretaria de Ensino Superior (SESU) e das Instituições de ensino Superior (IES) e conta também com os consulados e Missões diplomáticas nos países participantes desse acordo de cooperação. (BARROS; NOGUEIRA, 2015).

Tratando-se de um acordo de cooperação direcionado aos países em desenvolvimento, a principal finalidade do PEC-G está na formação e qualificação de recursos humanos, formar cidadãos de países que participam desses intercâmbios de educação e cultura proporcionados pela Federação Brasileira. O estudante bolseiro, efetua a sua graduação nas IES do Brasil, após concluir, os mesmos devem regressar aos seus países de origem e ajudar no processo de desenvolvimento socioeconômico.

No que se refere aos estudantes africanos no Brasil com bolsa do PEC-G, Mungoi (2007) destaca que, apesar do programa ter se expandido no continente africano nos anos 1970, a presença de africanos ainda era tímida, nas universidades brasileiras, pois a data coincide com as independências dos PALOP como já foi mostrado. Constata-se que dos 54 países africanos, aproximadamente (23) já aderiram ao PEC-G nessas últimas décadas de cooperação educacional com o Brasil. E há também países que já não participam do PEC-G como Botsuana, Lesoto, Mauritânia, Zâmbia e Zimbábue. (MUNGOI, 2007 apud BARROS; NOGUEIRA, 2015).

Ao analisar os dados do MRE e do MEC, percebe-se que alguns países como África do Sul, Argélia, Mali, Marrocos, Namíbia, Tanzânia e Tunísia tem participações tímidas no programa. Enquanto que Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau estão na linha da frente como os três países africanos com maior número de estudantes selecionados nas últimas décadas como mostra o Gráfico 3.

**Gráfico 3-PEC-G Selecionados- África PALOP- 2000 a 2015**



Fonte: (BARROS; NOGUEIRA, 2015, p. 9)

**E o Gráfico 4- Distribuição de estudantes africanos (por país), que estão no Brasil pelo Programa da PEC-G, de 2011 a 2013.**



Fonte: (AMARAL, 2013, p. 64).

A mobilidade internacional de estudantes africanos, particularmente dos PALOP, que buscam por uma formação no Brasil, ela é assumida muitas das vezes como uma migração temporária e especial. Pois o sujeito que migra para fins acadêmicos, não é movido apenas por questões econômicas, típicas das mobilidades tradicionais, mas, também, por fatores relacionados com essa experiência, e com a realidade que encontram no país de acolhimento. Esses estudantes africanos nas IES brasileiras são partes de um contingente que carregam trajetórias e expectativas diferentes, porém todos são agentes de um duplo processo: o da internacionalização das realidades africanas e brasileiras; e sujeitos cujo processo de mobilidade traz à tona, os processos de cooperação entre os países.

Os acordos de cooperação técnica, científica, acadêmico, cultural e tecnológicas do Estado brasileiro com os países africanos, estão orientados, em um contexto da globalização, sobretudo para a luta contra a desigualdade, a pobreza e a exclusão, para o desenvolvimento sustentável. Em suma, o contexto vivido pelos estudantes africanos no Brasil, se revela como sendo mais amplo do que apenas o seu cotidiano de ganhos e perdas que vem desafiando o viver fora.

Os programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que foram criados, com o objetivo de apoiar a recuperação dos países afetados pelos conflitos armados da 2ª Guerra Mundial, Guerra Fria e as guerras de libertação dos povos africanos, são incontáveis. Programas de todas as ordens seguem buscando a interação com o Sul Global. Neste contexto da globalização, as intenções acabam se misturando na hora de colocar em prática os programas de cooperação. As iniciativas, às vezes, estão ligadas as políticas externas que sofrem a pressão dos *lobbies* econômicos das grandes corporações empresariais. Sendo assim a cooperação vista dessa vertente, pode ser considerada como uma ferramenta para aumentar a influência de alguns países sobre os outros, e assim cultivam as relações desiguais e desonestas.

As dificuldades enfrentadas pelos países africanos e que acaba influenciando nos sistemas de ensino, somada aos programas de incentivo que vem de países mais desenvolvidos, acaba facilitando a Circulação Internacional de Estudantes (CIE). E essa circulação justifica-se pela formação de profissionais que quando formados voltam aos seus países de origem para participarem no processo de construção e desenvolvimento.

No setor da educação, a cooperação internacional é desenvolvida por vários atores em diversas esferas, do ensino básico a cooperação acadêmica, esses programas de cooperação têm apresentado a educação como um instrumento de formação de profissionais com capacidade de contribuir com o desenvolvimento dos seus países. Este desenvolvimento pode estar ligado ao crescimento econômico, a entrada de mão de obra qualificada nos espaços de produção, e também pode ser visto como apoio à transformação social.

Há um crescente número de programas que visam a assistir os países com dificuldade no ensino superior, estacaremos três deles: o PIFC/PROFOR, o PROGRAMA PRÓ-ÁFRICA e o INTRA-ÁFRICA.

#### PIFC/PROFOR

O Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes Moçambicanos (PIFC), foi lançado em 2008 pela Capes e posteriormente se estendeu aos estudantes de Angola e Cabo Verde. Esses estudantes vêm ao Brasil no período de férias acadêmicas

(janeiro/fevereiro ou agosto/setembro) com o objetivo de desenvolver atividades de iniciação científica em laboratórios de pesquisas de universidades federais brasileiras. As vagas nestas instituições de ensino são previamente indicados pelos governos dos respectivos países africanos, segundo as áreas que são prioritárias para os estudantes.

Esse programa oferece 140 vagas por ano para alunos de graduação de Angola, Cabo Verde e Moçambique, a Capes oferece bolsas de iniciação científica e ajuda de custo que visa proporcionar comodidade ao estudante durante o seu período da sua formação. Para efetivação desse projeto a Capes conta com a parceria da Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CGCPLP/MRE), as representações diplomáticas brasileiras nas capitais dos três países parceiros, e as universidades federais que oferecem vagas para cada edição do programa. Para este tipo de projeto a Capes definiu como: Cooperação para o desenvolvimento.

### **2.3 Programa PRÓ-ÁFRICA**

O PRÓ-ÁFRICA é um programa de Cooperação em Matéria de Ciência e Tecnologia, criado em 2004, tem por objetivo contribuir para a elevação da capacidade científica e tecnológica dos países africanos por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação nas áreas selecionadas por relevância estratégica e interesse prioritário. De 2005 a 2010, foram aprovados 189 projetos de pesquisa em parceria com os países africanos.

A PRÓ-ÁFRICA foi criada pela Portaria MCT nº 523 de 16.08.2005 e tem como objetivo principal fortalecer a cooperação científico-tecnológico entre o Brasil e os países da África, por meio de financiamento de projetos e mobilidade de cientistas e pesquisadores.

#### **INTRA-ÁFRICA**

O programa de mobilidade acadêmica Intra-África foi criada pela Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento da Comissão Europeia em parceria com a Comissão da União Africana, faz parte do programa Pan-Africano que é financiado pela União Europeia, que apoia a Parceria Estratégica UE-África. O programa promove a cooperação no ensino superior entre países do continente africano, visa melhorar as qualificações e as competências de estudantes e funcionários que vêm dos países africanos através do trabalho em rede de mobilidade de apoio e de inovação entre países africanos.

Esse programa promove apoio financeiro para as instituições parceiras de ensino superior no continente, para a organização e implementação da mobilidade, também atribui bolsas para as áreas de pós-graduação como o mestrado e doutorado, e bolsas para funcionários universitários (acadêmico e administrativo) visando realizar estudos, investigações, ensino e formação.

## **2.4 Sistema educacional brasileiro**

Em 1960 o sistema educacional brasileiro era centralizado, e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Um ano depois foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). No mesmo ano os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, descentralizando assim o Ministério da Educação e Cultura. Foram necessários 13 anos para que a primeira LDB fosse aprovada (de 1948 até 1961). Um dos pontos de disputa durante a aprovação da lei foi o ensino religioso nas escolas públicas, porque tinham como pano de fundo a separação entre o Estado e a Igreja.

A LDB do ensino superior deu-se com a reforma universitária em 1968, a qual assegurou a autonomia disciplinar, administrativa, didático-científica e financeira às universidades. Essa reforma representou um grande avanço para a educação superior brasileira, ao instituir um único modelo organizacional, para as universidades privadas e públicas. Em 1971 a educação no Brasil viu-se diante de uma nova LDB, onde o ensino passou a ser obrigatório dos 7 (sete) aos 14 (catorze) anos. A lei também prevê um currículo comum para o primeiro e o segundo grau, e também uma parte diversificada em função das diferenças regionais.

Criou-se o Ministério da Cultura em 1985, e o MEC foi transformado em Ministério da Educação e do Desporto em 1992, e cinco anos depois a instituição passou a ser somente responsável pela área da educação. Em 1996 o sistema educacional brasileiro sofre uma nova reforma, que mudou as leis anteriores, incluindo a educação infantil (creches e pré-escolas). Um capítulo também foi priorizado para tratar da formação dos profissionais da educação básica. Foi criado pelo Ministério da Educação neste mesmo ano o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), com o objetivo de atender ao ensino fundamental, este fundo vigorou até 2006, e foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O ensino fundamental ficou dividido em duas partes: I (1ª ao 5ª ano) e II (6ª ao 9ª ano), durante o ensino fundamental I, cada grupo de estudantes é assistido por um único professor, já o fundamental II, é assistido por diferentes professores que ficam a cargo de uma disciplina específica, podendo em alguns casos o professor ficar a cargo de duas ou mais disciplinas (geralmente quando a escassez de docentes na instituição).

Está em andamento a lei que remodelará o ensino médio no Brasil, cujo cerne da sua elaboração é oferecer um sistema de ensino médio na qual o estudante tenha a liberdade de optar pelas disciplinas que são da sua área de interesse para os próximos níveis de formação ou tendo em horizonte a curto e médio prazo o mercado de trabalho. O ensino médio passa a ser obrigatório, pra quem pretende prosseguir com os estudos universitários. Os estudantes passam por um exame de vestibular para instituições não Federais, e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para as IES Públicas Federais. A norma brasileira atribuiu o grau de licenciatura ou bacharelado, nas áreas de artes, humanidades, ciências sociais, ciências exatas ou ciências naturais, e exige quatro anos de estudos pós-secundários em uma universidade certificada.

Desde o pós-guerra, o governo brasileiro centralizou seus investimentos na educação superior, e por consequência negligenciou a assistência ao ensino básico e secundário. Por conseguinte o governo brasileiro nos últimos tempos tem desenvolvido esforços no sentido de melhorar a educação pública como um todo, o que durante décadas tem se caracterizado como o calcanhar de Aquiles dos inúmeros governos que assumiram o poder no país, projetando proporcionar melhorias quantitativas e qualitativas neste sector sensível para a vida do país.

## **2.5 Sistema educacional angolano**

O ensino que foi disseminado em Angola na era colonial, não permitia aos angolanos o necessário acesso à educação, pois era discriminatório. O acesso à educação foi melhorando com ajuda dos missionários, com os investimentos portugueses na educação e com a pressão política e militar dos movimentos de libertação nacional. O item i do Artigo 21 da Constituição de Angola expõe um dos principais objetivos do país que é:

Art. 21, item i: “Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento auto-sustentável” (ANGOLA, 2010 apud ROSA, 2015, p. 31).

Definiu-se, também em seu art. 21 - item “g”, a democratização do acesso à educação, ao impor ao estado o dever de “Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei” (ANGOLA, 2010 apud ROSA, 2015, p. 31).

Com a Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei 13/01 de 31 de dezembro de 2001, foi implementado o Modelo de Sistema de Educação da seguinte forma:

- 1- Educação Pré-escolar (Jardim de infância e similares)
- 2- Ensino Primário 1<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> classe
- 3- Ensino Secundário 7<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> classe
- 4- Ensino Médio 10<sup>a</sup> a 13<sup>a</sup>
- 5- Ensino Superior

As consequências do recém-conflito armado que assolou o país ocasionam enormes lacunas ao sistema de educação angolano, além do fraco investimento no sector, Porém está realidade não impossibilitou que o sector conhecesse avanços significativos nos últimos tempos. A taxa de analfabetismo que estava estimada para 2001 baixou para 33%, e tendo como base os dados do Plano Estratégico para Revitalização da Alfabetização 2012-2017. Em 2012 Angola recebeu o prêmio internacional “NADJEDA KRUSKAIA” atribuído pela UNESCO, como reconhecimento pelos êxitos alcançados na redução do analfabetismo (ROSA, 2015).

Com o fim da guerra civil, foram elaboradas políticas públicas educacionais, mais sustentáveis através da Estratégia Integrada para Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015), com objetivo de incluir até 2015, as crianças que se encontram fora do Sistema de Educação.

O primeiro marco do ensino superior em Angola ocorreu ainda no período colonial (1963), levado a cabo por um sistema segregacionista que priorizava o acesso da elite colonial, tendo como principais critérios de acesso ao local de nascimento, a residência e a posição social. Inicialmente pensou-se que a implementação das instituições de ensino superior no país objetivaria melhorar a educação da população angolana em geral, porém, a realidade se mostrou contrário, como salienta Carvalho: “O acesso ao ensino superior estava no período colonial vedado aos angolanos, cuja maioria se enquadrava nas camadas sociais mais desfavorecidas” (CARVALHO, 2012, p. 2).

Por estarem limitados a entrarem no ensino superior muitos dos angolanos partiam para o exterior, porque a maioria dos alunos que frequentavam o ensino superior era branca (LIBERATO,2012).

No ano letivo de 1963/64 apenas 286 alunos se encontravam matriculados no ensino superior naquela instituição, no entanto para a metrópole tinham partido cerca de 839 estudantes. Nos anos letivos seguintes (1964/65 até 1968/69) o número de alunos matriculados nos Estudos Gerais foi aumentando, embora de forma pouco significativa, talvez devido ao facto de terem aumentado igualmente os anos dos cursos (2º ano em diante), continuando a saída de estudantes para a metrópole a registar valores superiores aos dos que permaneciam naquele território ultramarino. O facto de os Estudos Gerais estarem integrados na Universidade Portuguesa, de disponibilizarem pouca oferta formativa e de não concederem o grau de licenciatura, não despertou muito o interesse daqueles que continuavam a optar pela formação superior na metrópole (LIBERATO,2012, p. 04).

Nessa época o ensino superior era chamado de Estudos Gerais Universitários (EGU) decretado pela “lei 44530, de 21 de agosto da Administração Portuguesa” (TETA, 2010 p. 2).

Após a independência, a educação atingiu uma nova dimensão, e foi vista como instrumento social de reunificação, de unidade e de identidade nacional. As autoridades angolana apostaram na implementação e desenvolvimento do ensino a nível nacional, da base ao topo da alfabetização e ensino superior sem discriminação. Mas o período que se seguiu após a independência foi bastante desafiador, tanto do ponto de vista político, como econômico e social, pois se marcava o início da guerra civil que assolaria o país por quase 30 anos, e o Estado, Angola passou a disponibilizar recursos insuficientes para a educação, priorizando a logística militar que o país carecia na época. Nesse período de 1977 a 2002, o número de ingressantes ao ensino superior era de 12.566 (CARVALHO, 2012).

Atualmente o ensino superior em Angola visa essencialmente regular e corrigir pontos de constricção identificados, para mostrar maior eficácia na gestão das Instituições de Ensino Superior (IES). Para isso tem-se aplicado mudanças significativas ao nível da estrutura central do governo, e a mais recente, a criação da Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES), que funcionou até 2010, quando foi criado o Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia (MESCT), que acomodou a SEES como um subsetor no departamento ministerial (Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março).

## 2.6 Política de mobilidade acadêmica dos estudantes angolanos

No período da colonização, a educação em Angola era organizada por níveis, priorizando o conhecimento eurocêntrico. Os estudantes eram divididos em dois grupos, o dos colonizadores europeus, os “civilizados” e o dos nativos angolanos. A partir dessa “segregação” surgiu a desigualdade entre brancos, mestiços e pretos. Separação essa que influenciou na entrada dos angolanos a universidade e motivou a mobilidade. Os estudos sobre a mobilidade envolvem uma diversidade de abordagens teóricas ligadas às diferentes áreas interessadas na discussão da mesma e que envolve também diferentes motivações.

Como foi dito no segundo subtema, os angolanos, na época do colonialismo, não tinham acesso ao ensino superior, porque pertenciam às camadas subalternas da sociedade, e nessa mesma altura alguns deles já se deslocavam para o exterior a fim de continuar sua formação acadêmica. A saída para o estrangeiro, apresentou-se assim como uma oportunidade que todos os estudantes angolanos gostariam de beneficiar, independentemente do país de destino. Por terem uma ligação histórica, Portugal foi inicialmente o principal destino destas mobilidades, tendo recebido inicialmente dezanove (19) estudantes angolanos. Mas o Brasil tem conquistado seu espaço no relacionamento com Angola, e tem firmando-se como país de destino, para os estudantes angolanos darem continuidade à sua formação.

Portugal mostrava-se receoso com os resultados que surgiriam dessa etapa, por isso a criação do subsistema de ensino superior foi tardia em Angola, apesar das exigências da população. Para atender as exigências da população, o governador-geral Venâncio Deslandes apresentou ao ministro do Ultramar, Adriano Moreira, o primeiro projeto de criação do ensino superior, que foi designado de Escola Superior Politécnica de Angola (ESPA). Mas o ministro do Ultramar, Moreira adiou a discussão por acreditar que a criação desse projeto estava dependente do poder central em Lisboa (LIBERATO, 2014)

Deslandes, contrariando a metrópole, no dia 21 de abril de 1962, convocou uma sessão extraordinária com o conselho legislativo de Angola, que por sua vez, aprovou o projeto de diploma legislativo n. 3.235, onde instituía os centros de estudos universitários. Estes centros, por sua vez funcionariam junto ao Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), ao Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) e ao Instituto de Investigação Médica de Angola (IIMA). Esses centros de estudos visavam à formação de professores, técnicos das especialidades básicas do bem-estar e assistência da população, para o efeito foram criados cinco desses centros distribuídos por Luanda (arte e medicina), Lubango (educação) e Huambo (agronomia e veterinária) (LIBERATO, 2014).

Aos 23 de julho do mesmo ano, o ministério do Ultramar pelo decreto n. 44.472 anulou o diploma legislativo n. 3.235 que foi aprovado pelo conselho legislativo de Angola, alegando que o projeto dos centros de estudos universitários são inconstitucionais. Por conta dessa anulação, que não foi muito bem recebida, o governo-geral chegou a reclamar a independência de Angola, como resposta á desautorização de uma decisão que foi aprovada pelo governo angolano. Diante dessa situação, Moreira temendo os contornos que essa poderia dar, conseguiu finalmente a aprovação para criação de universidades no Ultramar. E no dia 21 de agosto de 1962 foram criados os Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, que estavam integrados à Universidade Portuguesa (LIBERATO, 2014)

Até 1963, data em que os Estudos Gerais Universitários de Angola entraram em funcionamento, a formação superior dos angolanos tinha que ser realizada no exterior. Porém esse privilégio de acesso ao ensino superior na metrópole, também só estava acessível a um número muito reduzido de beneficiários, que na altura constituíam uma pequena elite. A pouca oferta e a incapacidade do mesmo no contexto nacional, regional e internacional levaram a um aumento da mobilidade estudantil ao longo dos anos. Essa partida foi aumentando não só pelos motivos que foram mostrados, como igualmente pela valorização do diploma obtido no exterior.

Quando os portugueses deixaram o território angolano, as universidades da época se depararam com várias dificuldades, por conta das vagas que foram deixadas por eles, e por falta de docentes capacitados, e as empresas que operavam, no mercado angolano duvidavam da eficiência do ensino superior que era ministrado no país. Com isso, muito dos angolanos mesmo não tendo condições financeiras optavam pelo exterior, sem bolsas do Estado, custeados somente pelas suas famílias.

Analisando os destinos para onde partem os estudantes angolanos para realizar a formação superior.

A partir desse recorte analisaremos o Brasil como país de destino, nos últimos anos a relação Angola-Brasil tem conhecido uma nova dinâmica, impulsionada pela reorientação da política externa brasileira durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) (Apex Brasil, 2010, p. 7 apud LIBERATO, 2012 p. 7). Levando em conta, a partilha do passado comum, o Brasil como país emergente procura fortalecer a sua ligação com África, e também reconhecer o papel estratégico de Angola no continente africano, e a língua portuguesa tem servido de elemento a mais para o aumento da mobilidade estudantes angolanos para o Brasil.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE), “o Brasil é o quarto país do mundo com mais estudantes bolseiros da sua

instituição com 158 estudantes, dos quais 30 foram enviados em 2010” (INAGBE, 2011, apud LIBERATO, 2012, p. 7). O crescente interesse da formação superior no Brasil é motivado pelos acordos de cooperação entre os dois países no âmbito do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Em 2010 o PEC-G disponibilizou 2.600 vagas, 1.013 candidatos inscritos, mas apenas 498 foram selecionados dos quais 41 era angolanos. No ano seguinte 83 angolanos foram selecionados para os cursos de Medicina, Gestão, Economia, Comunicação Social e Direito. O PEC-PG que confere um grau de mestrado e doutorado.

Nas últimas décadas o tema da mobilidade estudantil e educação superior tem ganhado muita importância, ambas ocorrem em meio a um discurso sobre solidariedade internacional, é nesse contexto que ocorre o debate e precisam ser compreendidas iniciativas que estimulam a mobilidade de estudantes angolanos. Em Angola existem vários programas de cunho governamentais e não-governamentais para a mobilidade estudantil, falaremos de três, o INAGBE, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e o programa de Bolsa da Sociedade Nacional dos Combustíveis de Angola (SONANGOL).

Anos posteriores, a independência de Angola, abriu-se no país um fluxo migratório de caráter acadêmico, para os países do Leste Europeu e para Cuba, devido aos tratados e acordos de cooperação científica, cultural, econômica, tecnologia e militar do partido governista, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com as nações socialistas. Esse fluxo de mobilidade estudantil fez-se acompanhar de um aumento paulatino de estudantes que escolhiam o Brasil para realizar a sua formação acadêmica.

Sendo assim, as instituições de ensino superior brasileiro passaram a concorrer com as universidades dos países socialistas. No início do século XXI, as universidades brasileiras receberam uma quantidade significativa de estudantes angolanos que vieram pelo (PEC-G), e também aqueles que estão estudando no Brasil, mas vinculados pelo convênio estabelecido entre a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e as instituições brasileiras. “A FESA é uma organização não-governamental de explícito apoio logístico e técnico ao povo angolano, que atua como parceira do governo angolano para o desenvolvimento do país” (FONSECA, 2009, p. 2).

A FESA tem a sua sede na cidade de Luanda, possui filiais espalhadas em alguns países do mundo, no Brasil, a sede está situada na cidade do Rio de Janeiro. Em 2003 havia nos estados do Rio de Janeiro e do Paraná, as seguintes instituições que tinham convênio com a FESA:

Fundação Educacional Rosemar Pimentel-Ferp-*campi* de Nova Iguaçu e Volta Redonda; Universidade Estadual Norte Fluminense Uenf (Campos); Universidade Estadual do Rio de Janeiro Uerj (*campus* Maracanã) ; Universidade Nova Iguaçu-Unig (Nova Iguaçu -Acordo Novo e Antigo) ; Universidade Cidade –UniverCidade (Unidade Lagoa e Centro) ; Universidade Tuiuti do Paraná (Curitiba); Universidade Federal do Paraná UFPR (Curitiba) (FONSECA, 2009, p.4,5)

A FESA surgiu em 1996 quando Angola vivia a guerra civil, nessa altura, não existia no país as organizações de referência na sociedade civil, com capacidade para realizar ações de caráter social. A FESA passou a atuar em diferentes áreas do desenvolvimento social, técnico-científico, cultural e desportivo, priorizando a assistência humanitária e as iniciativas de desenvolvimento nos seus três pilares: a educação, a ciência e pesquisa e a saúde. O programa de bolsas de estudos da FESA, é dirigido fundamentalmente a jovens angolanos de grande potencial, mas com fracos recursos econômicos.

Segundo o Relatório da FESA de 2015, o programa de bolsas de estudos, de 2011 a 2015 enviou para exterior 108 angolanos em diversos países como: a China, Brasil e Venezuela como mostra o gráfico a baixo.

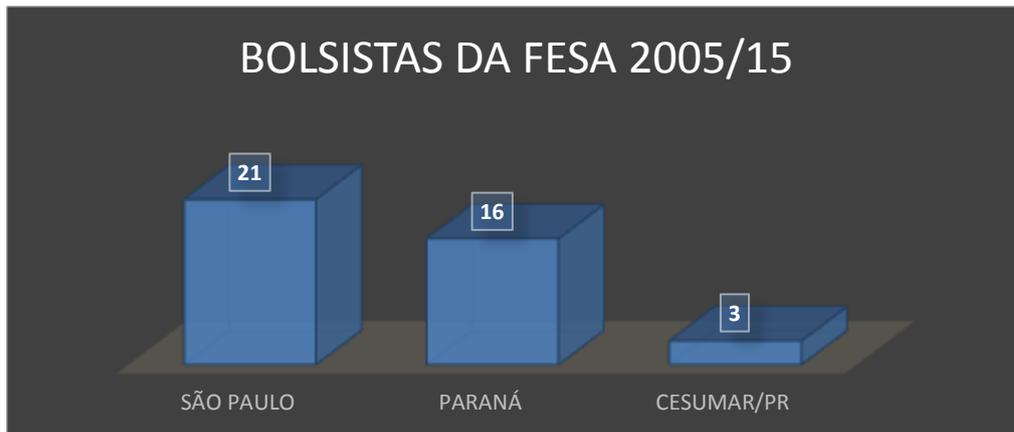
GRÁFICO 5- Estudantes da FESA em seus países de recepção.



Fonte: (Relatório da FESA, 2015, p. 10).

O Brasil, segundo o mesmo relatório, já foi o país com maior número de estudantes do Convênio FESA, mas muitos dos formados têm regressado ao país, colaborando para o desenvolvimento da nação. Dos estudantes que ainda não terminaram a sua formação como mostra o gráfico 6, ainda somam o maior número em relação aos outros países.

**Gráfico 6-Bolsistas da FESA distribuídos pelos estados brasileiros<sup>14</sup>**



**Fonte: (Relatório da FESA,2015, p. 16)**

O Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE) é um organismo público tutelado pelo Ministério do Ensino Superior de Angola, este instituto está encarregado em materializar a política do Estado angolano, em gestão de bolsas internas e externas. O INAGBE foi criado em 1980, e desde essa data o Instituto vem enviando várias gerações de angolanos para o exterior.

Em virtude das grandes dificuldades logísticas, que eram ocasionados pelo crescente número de bolseiros sob sua tutela, o INAGBE em 1991 a 1992, criou a Secção de Apoio aos Estudantes, com representações na Rússia, Cuba, Portugal e Brasil, por serem os países de destino mais selecionados pelos bolseiros do INAGBE. Essa secção funciona como Representante Diplomática, que vela pelos bolseiros, e responde diretamente ao INAGBE em Luanda.

A secção supracitada trata de questões sócias e acadêmicas dos bolseiros que são da responsabilidade do INAGBE, o controle desses estudantes, quer no ponto de vista acadêmico como também social, se assegura da chegada dos bolseiros no país de destino, o contínuo pagamento das bolsas durante a formação e o retorno após terminar a formação.

Esse instituto oferece bolsas de estudos para estudantes angolanos que pretendem cursar a formação superior no exterior ou dentro do país, por meio de avaliação de critérios, notas e condições financeira. O candidato que vai concorrer para uma bolsa deve

<sup>14</sup> Os dados do Relatório da Fesa, estão sujeitos a alterações mediante atualização, posterior a estes.

corresponder as seguintes exigências; bolsas internas: ter no máximo 25 anos de idade, ter a nacionalidade angolana, ensino médio concluído com a média 14 valores. A bolsa para o exterior o candidato a licenciatura deve ter até 22 anos de idade, ensino médio concluído com a média de 14 valores. Os candidatos que pretendem fazer o mestrado o critério é até aos 35 anos de idade, e o doutorado até os 45 anos de idade.

Analisando os destinos para onde vão os bolsistas do INAGBE, quatro países estão em destaques, por albergarem o maior número de estudantes angolanos bolsistas do INAGBE. Entre eles estão a República de Cuba com 2.700 estudantes, a Rússia ocupando o segundo lugar com 1.500, em terceiro lugar a China com 230 ultrapassando a Argélia que até 2015 ocupava o terceiro lugar. Os cursos com mais inscrições são as Engenharias, Tecnologias, Ciências da Saúde e as Ciências da Educação, correspondendo assim o Plano Nacional de Formação de Quadros.

Segundo o Diário da República, publicado em 19 de junho de 2014, no Regulamento de Bolsas de Estudos Externas, no seu capítulo I, artigo I diz que, esse regulamento tem por objetivo estabelecer normas de organização dos processos inerentes às Bolsas de Estudos para a graduação e pós-graduação no exterior, no âmbito de estratégia nacional. A concessão das Bolsas de Estudos Externas tem os seguintes objetivos:

Apoiar a formação de quadros e técnicos nacionais a nível da Graduação, Pós-Graduação e especialização em áreas estratégicas para o desenvolvimento político, económico, social e cultural do país; b) Complementar o esforço desenvolvido a nível do país na formação de quadros e técnicos nacionais; c) Criar condições para o reforço da capacidade nacional de formação de quadros técnicos; d) Estimular o sucesso, o mérito e a excelência académica e profissional dos cidadãos nacionais em cada uma das 18 (dezoito) províncias do país (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2014, p. 2).

Mas, as políticas do INAGBE têm deixados a desejar, muitas têm sido as críticas feitas nos últimos dois anos (2015-2016). Os subsídios em atrasos tem sido o principal motivo de reclamações, e a política no caso de quem reprova é muito severa, quem perde a bolsa tem que esperar cinco (5) anos para fazer outra candidatura. Uma punição bastante severa, levando em conta que, cada país de recepção dos bolsistas, tem políticas de ensino totalmente diferente, sendo assim, o estudante tem que se esforçar ao máximo, para ter êxito nos estudos, e para uma melhor capacitação. Desta feita o estudante canaliza as suas energias na obtenção de notas que lhe possibilitam transitar de ano, a fim de não perder o financiamento dos seus estudos, deixando assim a sua formação académica debilitada.

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) promove um Programa de Bolsas de Estudos de Licenciatura no Exterior, que visa proporcionar melhor qualidade na formação dos quadros angolanos. Segundo o EDITAL 03/DGB/2015, no seu artigo II, tem como principais objetivos:

Desenvolver competências, visando o fortalecimento do Capital Humano da Empresa; b) Garantir a renovação permanente dos quadros qualificados da Sonangol E.P. e suas Subsidiárias, em quantidade e qualidade, para sustentar os desafios preconizados (SONANGOL,2015, p. 1).

Para se candidatar nessa bolsa o estudante deve preencher os seguintes critérios: ter até 19 anos de idade completados até o dia 31 de dezembro do ano que pretende ingressar, ensino médio de Ciências Econômicas ou o PUNIV (Ciências Exatas) concluído. Para os que já estão cursando o ensino superior e querem aderir a bolsa devem ter até 20 anos de idade completados até o dia 31 de dezembro do ano em que se pretende aderir a bolsa. No ano de 2015 foram disponibilizadas 200 (duzentas) bolsas de estudos de licenciatura no exterior distribuídas pelos seguintes cursos: Área de Ciência Econômicas: Curso de Economia; Área de Geociências: Curso de Geologia e Geofísica; Área de Engenharias e Tecnologias: Curso de Engenharia Mecânica, Engenharia do Ambiente, Engenharia de Produção Industrial, Engenharia Eletrônica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Eletromecânica, Engenharia Química, Engenharia dos Materiais, Engenharia Aeroespacial, Engenharia de Energia, Engenharia Naval, Engenharia Petroquímica, Engenharia de Minas, Engenharia Geográfica e Engenharia de Petróleos.

Como mostram os três programas de bolsas de estudos, de 2014 até a data atual mais de 4.500 estudantes angolanos foram beneficiados com bolsas de estudos no exterior. Atualmente as instituições de ensino superior têm crescido bastante, alargando assim a sua oferta, embora não corresponda satisfatoriamente a demanda existente no país e que vem crescendo ao longo do tempo. Os dados oficiais do Sistema de Estatística e Informação do Ensino Superior da República de Angola (SEIES-RA), referente ao mês de março de 2014, dão conta da existência de 62 instituições a nível nacional para o ensino superior, entre as quais 22 públicas e 40 privadas.

Em Angola as instituições de Ensino Superior enfrentam hoje novos desafios para responder as exigências das sociedades globalizadas, que atribuem maior centralidade ao conhecimento e a inovação. As diferentes estratégias que foram adotadas pelo governo angolano para promover a expansão do Ensino Superior público e privado, têm como ponto

central a diferenciação e diversificação institucional e o aumento de oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das instituições de Ensino Superior, sua classificação e atividade no país, segundo o Anuário do Ensino Superior de 2014.

**Quadro 9- Distribuição de número de IES segundo a classificação e estado de atividade**

Classificação	Estado de atividade					Total Geral	
	Ativas		Total ativa	Não ativas			Total não ativas
	Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		
Universidades	10	8	18	-	-	-	18
Académicas	-	-	-	-	1	1	1
Institutos	30	11	41	4	2	6	47
Escolas	-	4	4	1	1	2	6
Total Geral	40	22	62	4	5	9	71

Fonte: (MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR ANGOLA apud KANDINGI, 2016 p. 64)

Assim sendo o governo angolano assumiu o desafio de formar recursos humanos essenciais para o desenvolvimento do país depois da independência, para cumprir com esse objetivo apostou no ensino superior dentro do país e envio de estudantes para o exterior, assunto esse que será aprofundado no próximo subtítulo. Ocorreu assim a contratação de técnicos estrangeiros, por via de acordos bilaterais celebrados entre Angola e inúmeros países parceiros.

A implantação da economia de mercado em 1991 foi um dos principais impulsionadores da reestruturação do ensino superior em Angola, pois ocasionou o aumento da procura de quadros qualificados para suprir a carência no mercado de trabalho nacional, levando assim, o aumento de ingressantes ao ensino superior. Como impacto desta nova realidade do país, em 1991 foram formados em Angola 2.174 técnicos superiores e em 1992 foi um total de 1.733 no exterior.

Nesse processo de mudanças que o ensino superior angolano vem atravessando, tem sido dada particular atenção à sua avaliação quanti-qualitativa, sendo usada como instrumento para a realização de uma radiografia do ensino superior no país, que atenta para as inúmeras

debilidades que este perpassa tais como: debilidades na gestão, a concepção distorcida sobre a IES, dos currículos, sobre o corpo docente e os discentes (SEES, 2005), visando à melhoria da qualidade do ensino superior em Angola, a fim de conferir-lhe credibilidade face aos desafios que o país possui rumo ao tão almejado desenvolvimento (MENDES; SILVA, 2011).

### **3 A INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO: O CASO DA UNILAB.**

Os debates que giram em torno das universidades, estão pautados em uma lógica onde o conhecimento é visto como fonte de intercâmbio entre os povos e nações. Sendo assim, nas últimas décadas foram criadas instituições que caminham nesse perfil, criar laços regionais. Este capítulo falará da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como projeto de integração e interiorização do ensino superior no Brasil, sua contribuição na mobilidade dos estudantes angolanos, será feita também um breve esclarecimento sobre a integração e interiorização do ensino superior nos dois países e por último apresentaremos os resultados da entrevista.

#### **3.1 O que é a UNILAB?**

O entendimento de universidade popular no Brasil vem desde a década de 1940, quando Anísio Teixeira defendeu a educação como um instrumento para a inclusão social e de emancipação política, levantando perguntas como: “construir uma universidade que pudesse resgatar a dívida histórica do acesso das camadas populares a educação superior, sem que isso significasse uma universidade menos exigente e criativa” (SILVA; BOCCHINI,2015, p. 3), porém a ditadura de Vargas e o golpe de 1964 interromperam essas iniciativas, sendo necessário aguardar até o século XXI.

A retomada dessas iniciativas aconteceu somente nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que criaram novas universidades, diferentes das que já existiam por exemplo: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade do Mercosul (UNISUL), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), podendo incluir também a escola Florestan Fernandes (ENFF) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Destacaremos aqui apenas a UNILAB.

A UNILAB é uma universidade que busca integrar as ex-colônias portuguesas, foi criada em julho de 2010, a sanção da lei 12.289 que a instituiu como Universidade Federal. A criação da UNILAB representou um grandioso passo para as aspirações da política educacional internacional do Brasil e seu plano de expandir o ensino superior além-fronteiras, foi instalada um ano após sua criação com a missão de:

Produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua portuguesa, por meio da formação de cidadãos com sólidos conhecimentos filosófico, científico, cultural e técnico, compromissada com a superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente (UNILAB, 2010, p. 12)

A UNILAB tem como princípios que orientam a sua atuação, a educação superior como um bem público, a universalização do conhecimento, a não separação entre os ensinos, pluralismo de ideias, valorização de ferramentas tecnológicas, democratização no acesso e das condições de permanência, o respeito à ética e a diversidade, democratização da gestão, facilidade curricular e mobilidade acadêmica priorizando a cooperação sul-sul.

Atualmente a universidade conta com quatro campi: o Campus da Liberdade em Redenção-CE; Campus das Auroras em Redenção-CE; o Campus dos Palmares em Acarape-CE e o Campus dos Males em São Francisco do Conde-BA. A escolha da cidade de Redenção não foi algo contingente, Redenção foi criada em 1842, originalmente denominada Acarape, e passou a ser chamada Redenção em 1889, por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão no país, em 01 de janeiro de 1883.

Redenção localiza-se no Maciço de Baturité, a 66 km da capital do Ceará (Fortaleza), possui uma população de 81.647 habitantes, com a economia baseada na agricultura e serviços. Em 1880 o cultivo da cana-de açúcar era a principal atividade econômica da cidade e era feita por negros escravizados, que viviam em condições precárias. Em 1882 a cidade contava com 116 escravizados que foram alforriados pelos seus antigos senhores. Quatro anos depois mais de 22 mil escravizados foram alforriados no Ceará, encerrando a escravidão no Estado.

Levando em conta, a trajetória histórica do Ceará e especialmente da cidade de Redenção, a escolha da cidade para ser a sede da UNILAB para alguns pesquisadores se justifica, uma vez que a instituição tem como objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a expansão universitária, formar recursos humanos para contribuir com a integração entre Brasil com a CPLP, atendendo também as exigências do MEC de interiorizar o ensino superior no país, e descentralizando as universidades públicas.

Em seu artigo “Construindo uma ponte Brasil-África” Nilma Lino Gomes e Sofia Lerche Vieira (2003), afirmam que, a criação da UNILAB, insere-se no cenário da ampliação das universidades públicas no Brasil, e a escolha de Redenção como cidade sede, também se deu, porque o estado do Ceará tinha somente uma Universidade Federal a Universidade

Federal do Ceará (UFC). Mauricio Gurjão Bezerra Heleno e Monica Dias Martins (2014), em seu artigo “*Cooperação ou Dominação? - A política externa do Governo Lula para a África*” afirmam que, a criação da UNILAB serve para aprofundar os laços entre o Brasil e a CPLP em especial os PALOPs como parte da “dívida histórica” que tem com o continente.

A Unilab funciona como “dádiva” brasileira: foi criada sob o pressuposto de uma “dívida histórica” com o continente africano (obrigação de “dar”), com vistas a formar a imagem de país solidário, acolhedor e parceiro, para, ao fim, ter de volta para si o “objeto do espírito” em forma de apoio político. A “retribuição” da dádiva vem na forma de apoio ao Brasil nos fóruns internacionais e na adesão à área de influência brasileira: o voto de países africanos contribuiu decisivamente para a eleição de José Graziano para a presidência da FAO e de Roberto de Azevedo para a presidência da OMC. (HELENO; MARTINS, 2014 Apud MANGO, 2016, p. 43).

Esse trecho esclarece o debate que tem tido em volta da criação da UNILAB, onde o termo “ajuda”, “dívida histórica” e “solidariedade” tem sido bastante usada para justificar a existência da mesma. A escolha da cidade de Redenção como sede da UNILAB foi justificada pela alforria dos escravizados, e a existência da mesma na cidade de São Francisco do Conde na Bahia justifica-se pela sua grande concentração de população negra, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade concentra o maior percentual de população negra no país. Desta feita a UNILAB procura promover a igualdade racial no Brasil, a integração entre diferentes povos, “igualdade na diversidade”. Portanto, levantam-se as seguintes questões: “Como falar na igualdade e diversidade se a população que rodeia a UNILAB na Bahia é negra”? “De que igualdade racial estamos falando”? “Que termo usar diante dos estudantes estrangeiros para UNILAB, Ajuda, Solidariedade ou Cooperação”?

Para tal, vamos esclarecer aqui o termo ajuda e cooperação, A ajuda externa é vista muitas das vezes como uma política, mas para Araújo (2014), não é uma política, mas uma ferramenta que é usada na política e que abrange comércios, gastos militares no exterior, transferência públicas entre países. Ajuda pode ser definida como uma transferência voluntarias de recursos públicos de um governo para o outro. E a cooperação é uma modalidade de relacionamento que busca o desenvolvimento social e econômico dos participantes. Em atendimento, à política educacional do governo brasileiro, que tem como objetivo ampliar e expandir as instituições federais de ensino já existentes e criar novas instituições.

A criação da UNILAB começa a ser traçada antes de 2008, em meio ao contexto de expansão do ensino superior no Brasil. Em 2008, os ministros da educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão Fernando Haddad e Paulo Bernardo Silva, respectivamente, escreveram ao presidente na época, Luiz Inácio Lula da Silva, uma carta que exponha os motivos para criar a UNILAB. Dentre os motivos da criação da instituição, dois motivos importantes para o rumo da educação superior transpareciam: a interiorização e a internacionalização do ensino público. Fala-se de interiorização, porque a UNILAB vai de encontro com objetivos centrais do governo federal em sua política de ensino que visa: expandir as redes de ensino superior e interiorizar em áreas mais distantes das cidades urbanizadas, aumentando assim o acesso ao mesmo, promover a inclusão social. Sendo assim a UNILAB passa a ser pensada com o objetivo de superar as desigualdades.

E fala-se de internacionalização, porque o governo federal através do Plano Nacional de Educação, instituído pela lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, destinou “às universidades os desafios de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a superação da desigualdade sociais e regionais e cooperação internacional” (UNILAB, 2013, p. 1)

A UNILAB possui parcerias com a CPLP e tem acordos de cooperação com oito instituições brasileiras e 21 instituições internacionais; duas em Angola; três em Cabo Verde; uma em Guiné-Bissau; quatro em Moçambique; seis em Portugal; duas em São Tomé e Príncipe e uma em Timor Leste. Concernente aos cursos oferecidos, a universidade atende a quinze (15) cursos de graduação presencial, 1 a distancia, três cursos de pós-graduação com título de mestrado, e seis cursos de pós-graduação com o título de especialização. Na UNILAB existem estudantes de três continente: África, América e Ásia. A baixo segue os quadros para melhor esclarecimento.

#### **QUADRO 4-RELAÇÃO DE ESTUDANTES ATIVOS POR NACIONALIDADE**

<b>NACIONALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
ANGOLA	115
BRASIL	3364
CABO VERDE	93
GUINÉ-BISSAU	540
MOÇAMBIQUE	32
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	85
TIMOR LESTE	61
TOTAL	4290

**Fonte:** dados da Diretoria de Registros e Controle Acadêmico- DRCA (dados, Fevereiro/2017).

**QUADRO 5-Oferta de curso de graduação**

PRESENCIAL	Á DISTÂNCIA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGRONOMIA	
ANTROPOLOGIA	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	
ENFERMAGEM	
ENGENHARIA DE ENERGIAS	
FÍSICA	
HISTÓRIA	
BACHARELADO EM HUMANIDADES	
LETRAS	
MATEMÁTICA	
PEDAGOGIA	
SOCIOLOGIA	
QUIMICA	

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD (dados, Fevereiro/2017).

**QUADRO 6- Quantidade de estudantes ativos na UNILAB**

CURSO	ESTUDANTES ATIVOS POR CURSOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	348
AGRONOMIA	330
ANTROPOLOGIA	22
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	81
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	100
ENFERMAGEM	293
ENGENHARIA DE ENERGIAS	308
FÍSICA	53
HISTÓRIA	85
BACHARELADO EM HUMANIDADES	678
LETRAS	251
MATEMÁTICA	63
PEDAGOGIA	44
SOCIOLOGIA	88
QUIMICA	59

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD (dados, Fevereiro/2017).

**QUADRO 7 - Pós-graduação stricto sensu (Mestrado)**

CURSO	ESTUDANTES ATIVOS POR CURSO
MESTRADO ACADEMICO EM ENFERMAGEM	30
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	66
MESTRADO ACADEMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS	30
TOTAL	126

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD (dados, Fevereiro/2017).

**QUADRO 8 - Pós-graduação lato sensu (especialização EAD)**

CURSO	ESTUDANTES ATIVOS POR CURSO
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	158
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, AMBIENTAIS E ENERGETICOS	186
GESTÃO PÚBLICA	233
GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE	96
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	158
SAÚDE DA FAMÍLIA	345
TOTAL	1.176

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD (dados, Fevereiro/2017).

No que concerne ao processo seletivo, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira reserva 50% das suas vagas para alunos estrangeiros do continente africano e asiático (países de língua portuguesa), e outros 50% das vagas são para os estudantes brasileiros. O processo seletivo no Brasil é realizado a partir do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM e do Sistema de Seleção Unificada- SISU. Para os estrangeiros o processo é feito em três etapas no seu país de origem e no Brasil. A UNILAB ainda enfrenta vários desafios como das infraestruturas, o uso da língua portuguesa em salas de aulas com estudantes de oito países diferentes, que nem sempre tem a língua portuguesa como sua primeira.

Quanto a sua interiorização: o fato dos estudantes estrangeiros em sua maioria, serem proveniente das capitais dos seus países de origem, levanta-se a seguinte questão “como a universidade irá realizar a interiorização em África”? Até a presente pesquisa percebe-se que a UNILAB como formadora de agentes sociais, procura de alguma forma não privilegiar uma cultura hegemônica.

### 3.2 Integração e interiorização

O processo do aumento de vagas públicas, nas universidades Federais foi implementado sobre 3 aspectos: expansão, integração e interiorização. Falaremos aqui de apenas duas, a integração e a interiorização.

A palavra integração está presente desde os tempos primórdios nas principais abordagens da sociologia. Os sociólogos usam esse termo, quando vão se referir a fenômenos que se dão em planos diferentes, quando é no plano micro se referem ao modo como os atores são incorporados num espaço social de partilha, já no macro designam as formas de equivalência dos vários sistemas sociais.

A integração deu-se através da criação das universidades: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. E nesse âmbito da integração foram criados 47 campus novos no período de 2011 e 2014, e 4 novas universidades:

- Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB,
- Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB,
- Universidade Federal do Cariri – UFCA
- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Atualmente as instituições de ensino superior, têm se destacado na sociedade, porque deixaram de ser vistas como espaços bidimensionais (compostos por professores e alunos) e passaram a ser vistas como quartéis do conhecimento, assumindo um papel ativo no desenvolvimento da tecnologia e difusão do conhecimento. Diante disso não se pode ignorar o papel dessas instituições na globalização. A universidade enquanto construtor social, tem uma originalidade, que não lhe permite a reduzir-se a condição de organização. As universidades enquanto organizações, se caracterizam em regra pela heterogeneidade dos seus membros a vários níveis. A integração neste quadro é resultado de uma construção da instituição e dos estudantes.

Assim essas instituições passam a se apresentar como arenas, onde a heterogeneidade convive com a busca da harmonização, esta harmonização não pretende acabar com as diferenças, ou tornar todos iguais, mas colocar à disposição dos estudantes novas possibilidades para participar nas diversas dimensões da vida universitária, onde a necessidade de integração se apresenta em quatro dimensões:

- Ajustamento acadêmico – referente ao conjunto de condições que a instituição coloca à disposição do estudante, para permitir a sua adequada integração nos processos de ensino e aprendizagem;
- Ajustamento relacional-social – relativo ao modo como são tratados as necessidades do plano das relações interpessoais, com os professores e os pares;
- Ajustamento pessoal-emocional – abrange as facetas psicológicas e subjetivas dos estudantes, como a auto-estima e o sentimento de ser aceite;
- Comprometimento com a instituição/aderência – Esta dimensão avalia a qualidade dos vínculos estabelecidos a dois níveis. Um micro, relacionado com a qualidade do vínculo entre o estudante e o seu curso e outro mais geral entre o estudante e a instituição (KATÚMUA, 2014, p. 15)

A interiorização proporcionou uma expansão de vagas públicas, fugindo do tradicional modelo de oferta de vagas nas capitais. Com isso, o número de municípios que foram contemplados pelas universidades federais no Brasil cresceu de 114 para 279, com um crescimento de 144%.

Sendo assim, é muito importante relacionar a interiorização da universidade com tendências nacionais e internacionais. A interiorização que ocorreu e ocorre com a participação intensiva de prefeituras e com agentes econômicos, tem um duplo papel de resultante e provedora de transformações atuais no local. Essa interiorização do ensino superior pode ser tratada também como um fixo produto da expansão urbana. Assim é levantado um questionamento principal: qual(is) o(s) sentido(s) da interiorização do Ensino Superior Público? A partir dessa questão, outras são identificadas: como podemos compreender as políticas públicas de diferente esferas de governos (federal e estadual)? Que tipo de demandas a interiorização do Ensino Superior atende?

A partir do que é apresentado pelos documentos oficiais da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), podemos entender que a política pública de interiorização do ensino superior está ligada com demandas, sociais e econômicas. O que se interioriza na verdade são partes de uma estrutura universitária como faculdades, polos, institutos, esse procedimento é facilitado pelo Decreto 2306/97. O REUNI promoveu a criação de universidades nas regiões metropolitanas e no interior, o REUNI também promove a interiorização de maneira fragmentada, sem uma estrutura de universidade. Assim podemos

entender que a interiorização do ensino superior não está distante do processo de ser um instrumento de qualificação de um território a partir de políticas públicas para o desenvolvimento local.

### **3.3 A mobilidade estudantil de angolanos para a UNILAB.**

As experiências dos estudantes angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses, que atravessaram o Atlântico na perspectiva de realizarem seus estudos nas universidades brasileiras, demonstram por meio de relatos, ser uma experiência fértil e desafiadora, na medida em que a integração com estudantes de outras nacionalidades e novo ambiente social, que vai além das estruturas físicas da universidade, cria uma atmosfera favorável entre esses atores sociais.

A presença de estudantes angolanos na UNILAB é justificada pelos acordos de cooperação que foi assinado entre os dois países, esse acordo foi assinado pelo ex-Reitor Prof. Doutor Paulo Speller, e pelo Diretor Geral do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Prof. Doutor Daniel Mingas, com o objetivo de desenvolver relações de cooperação, com ênfase no intercâmbio acadêmico e cultural nas formas de educação e pesquisa. Este protocolo é composto por oito cláusulas que esclarecem o tipo e objetivo da cooperação entre as duas instituições. Como mostra a primeira cláusula:

A área de cooperação inclui, sob consentimento mútuo e existência de condições apropriadas, qualquer programa oferecido e proposto por qualquer das partes como desejável, executável, e que venha a contribuir para o fomento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre as duas partes (UNILAB, 2011, p. 1).

Percebe-se então que o discurso de políticas de solidariedade propagadas sobre a criação da UNILAB, para com os países da CPLP, não se sustenta, o que sempre existiu no caso da UNILAB foi a cooperação com os países parceiros. E o Relatório de Missão do RIPES (Redes de Instituições Públicas de Educação Superior) que foi feito em Angola sustenta o discurso de cooperação e não da solidariedade.

O fundamento que defende a cooperação entre os países da CPLP como cerne da construção da UNILAB ficou destacado durante essa visita quando foram discutidas demandas em relação ao acesso dos estudantes angolanos na UNILAB, realizados no âmbito de cooperação educacional. No último dia da missão a ex-reitora Nilma Gomes, ressaltou a

importância da cooperação educacional entre os dois países e o impacto positivo que o mesmo pode trazer para o continente africano, foi salientado também pela ex-reitora “a necessidade de o Brasil estar mais presente em Angola, por meio de suas ações de cooperação” (UNILAB, 2013, p. 1). Ações de cooperação e não solidariedade.

A existência da UNILAB ainda é desconhecida em grande parte do território angolano, a sua existência é mais difundida na capital do país, pois de acordo com os estudantes angolanos entrevistados nesta pesquisa, o conhecimento da existência dessa instituição ocorreu por meio de terceiros, e não por meio de veículos de comunicação oficiais que circulam no país, diferente de outros programas de mobilidade estudantil que têm maior destaque na mídia nacional. O reflexo desta quase invisibilidade da instituição é a grande presença de estudantes oriundos de Luanda, que em um total de 74 estudantes angolanos na UNILAB/Ceará, cerca de 50 vêm da capital.

Segundo as entrevistas que foram feitas com esses estudantes alguns relataram a experiência da mobilidade, as ações do governo angolano sobre a mesma e o espaço de chegada. Como mostram as seguintes respostas sobre as ações por parte do governo angolano.

### **Segundo os entrevistados:**

“Eu como estudante não vejo nenhuma ação do governo angolano por meio dessa mobilidade estudantil. Deveria ter mais ações com vista a melhorar a qualidade de vida dos estudantes”. (estudante B sexo-feminino, 24 anos).

“O governo angolano tem criado políticas que possam ajudar a comunidade angolana que sai do país para se formar, mesmo achando que o governo poderia fazer mais, porque tem ainda que os estudantes que têm algum apoio da universidade, como o auxílio não é o suficiente para mantê-los fora do país, precisam ser criadas novas políticas para melhorar a situação dos angolanos no exterior”. (estudante C sexo-feminino 22 anos).

Para estes entrevistados (B e C), o governo angolano, tinha que criar ações para atender os estudantes que se encontram fora do país, criar políticas que possam atender as necessidades dos estudantes.

Diante dessa mobilidade estudantil, o governo angolano não demonstra nenhum tipo de preocupação, visto que anteriormente já teve alguns estudantes que entraram em contato com o INAGBE, inclusive a Embaixada do Brasil em Angola mandou uma carta para lá, mas não foram atendidos, isso demonstra total falta de interesse por parte do nosso governo. (estudante D sexo-masculino 24 anos).

Percebe-se que essa ideia de descaso do governo angolano é bastante comum entre os estudantes angolanos na UNILAB, e vários dos estudantes entraram em concordância concernente a este assunto, como mostra a fala do próximo estudante:

Não vejo nada em relação a isso, pois o mínimo que eles deveriam fazer era vincular todos estudantes ao INAGBE, mas infelizmente isso não acontece, o que eles mas fazem é deixar os estudantes comprarem passagens caras e dificultar a obtenção dos documentos à quando da mobilidade dos estudantes, por meio da burocracia (estudante J sexo-masculino 24 anos).

Percebe-se que, a vinda dos angolanos para esta instituição não teve muito apoio do governo do país de origem dos estudantes. Os editais da UNILAB são preenchidos pelos estudantes de renda baixa em Angola, pois essa instituição é a única em Angola que não “exige” o status social, pois há uma hierarquização nas seleções de bolsas para o exterior.

“Penso que a política do INAGBE é equivocada e excludente. Dão mas oportunidades a uns em detrimento de outros, e que por sinal são os que mais necessitam. Portanto penso que o governo deve rever as políticas em relação ao acesso ao INAGBE” (estudante J sexo-masculino 24 anos).

Sendo assim, a UNILAB tem servido de alternativa viável para muitos cidadãos angolanos que pretendem dar continuidade na sua formação, mas que não tem possibilidade para estudar dentro do país ou aderir a outras bolsas de estudos. A vinda dos angolanos para a UNILAB como mostrou o entrevistado J.

“A política é uma boa iniciativa uma vez que muitos querem estudar, mas que não tem condições financeiras suficientes para suprir as despesas no exterior ou mesmo internamente, embora a falta de transparência conforme é dirigida este órgão que muitas das vezes não acompanham o percurso dos estudantes, como também a forma de seleção e divulgação das bolsas não tem sido muito clara” (estudante G<sup>15</sup>, sexo-masculino 27 anos).

Em contra partida, outros vão afirmar que o INAGBE tem boas iniciativas, que apesar das dificuldades de acesso aos seus programas de mobilidade estudantil, por parte de muitos angolanos, ela tem ajudado muitos aqueles que não têm como pagar pelos seus estudos. Afirma o estudante G.

---

<sup>15</sup> Ex-bolsista do INAGBE, perdeu a bolsa 2 anos antes de terminar a formação.

O processo seletivo para estudantes estrangeiros da UNILAB, ainda tem apresentado algumas dificuldades para aqueles que querem ingressar nessa instituição, mas se encontram fora do Brasil. Para isso, foi perguntado quais pontos a UNILAB deve melhorar, e o resultado foi:

“Perceber que o acesso aos meios de comunicação de última tecnologia ainda é uma dificuldade nos países parceiros, portanto ser mais flexível quanto a necessidade da digitalização dos documentos (escaneamentos)” (estudante A sexo-masculino 23 anos).

Como mostra o estudante A, durante o processo seletivo da UNILAB, os ingressantes se deparam com muitas dificuldades, pois, muitos desses estudantes não têm acesso à tecnologia, sendo assim, a instituição deve pensar em meios alternativos durante a seleção de estudantes nos países parceiros.

“A quantidade de vagas para os estrangeiros, o acompanhamento dos estudantes estrangeiros na saída dos seus países até chegar na UNILAB, e a organização na orientação desses mesmo estudantes” (estudante C sexo-feminino 22 anos).

A entrevistada C, vai apontar outras dificuldades, como a desigualdade na distribuição das vagas para os países parceiros, e a falta de acompanhamento.

“Pessoalmente, acho que deve-se descentralizar mais. Porque só assim proporcionara também oportunidades aos estudantes não da capital Luanda como também de outras províncias de Angola” (estudante D sexo-masculino 27 anos)

Já o estudante D, vai tocar no caso de descentralizar a UNILAB nos países parceiros, porque ainda há muitos que necessitam, mais não tem conhecimento da UNILAB.

“No que tange ao abrigo dos estudantes, porque pelo nível social que a cidade de Redenção encontra-se, é um absurdo, os preços do aluguel das casas que são muito mal construídas, sem estruturas adequadas. A universidade é responsável por essa situação se tivesse alojamento para os estudantes que deixam os de seus países, assim como brasileiros que saem de outros municípios a situação seria bem melhor”. “Muitas pessoas saem de seus municípios e países pensando que encontraram o alojamento da universidade, a instituição não transparece isso para ninguém e quando chegam aqui é uma tremenda dor de cabeça” (estudante K sexo-feminino 26 anos).

E para outros, a instituição deve melhorar no caso estrutural, como moradia para todos estudantes, como afirma a entrevistada K. “Com certeza a questão "moradia" é o que deveriam primar antes de realizarem mais processos seletivos” (estudante Q sexo-feminino 22 anos).

Na fala do entrevistado Q, a universidade deveria em primeiro lugar, procurar resolver a questão moradia antes de abrir o processo seletivo.

“Não existe, porque não pode se misturar estudantes no espaço e considerar aquilo integração, uma vez que não existe nenhuma Pró-Reitoria, que trata de assuntos de integração não existe um acompanhamento social adequado, nas salas de aula é possível ver estudantes tanto estrangeiros como nacionais a se dividirem, para integração e convivência sem nenhum tipo de discriminação é reconhecer e respeitar as diferenças, tanto cultural e ou de cor e social” (estudante G, ex-bolsista do INAGBE sexo-masculino 27 anos).

O assunto integração dentro da instituição também entrou em questão, visto que dentro dos espaços da UNILAB existe mais de quatro culturas diferentes, para alguns dos estudantes entrevistados não existe a integração na universidade como explica o entrevistado G.

“Não existe integração, a integração é a convivência harmoniosa entre vários povos, onde todos pautam pela interculturalidade, mas não é o que se vê aqui, é um determinado grupo que olha as pessoas pela cor da pele e que tendem a pensar que são superiores... Fato bastante lamentável” (estudante J sexo-masculino 24 anos).

A ideia de que não existe integração dentro da instituição é muito comum entre alguns estudantes, porque acreditam que, cada estudante prefere conviver com seu grupo cultural diz o entrevistado J.

“Infelizmente essa integração só está no papel, na realidade não existe integração de forma alguma. Integração; Tornar algo inteiro, também no sentido de fazer com que as pessoas possam se entrosarem” (estudante K sexo-feminino 26 anos).

Para a entrevistada K, a integração dentro da UNILAB, só existe na forma figurada, porque literalmente falando, ela não existe.

“A integração existe, não na sua totalidade, ou seja a UNILAB é uma universidade da integração, e em parte essa integração existe, mais ainda falta muito para que ela possa ser a universidade da integração como o próprio nome já diz. Para mim, a

integração é a relação cordial entre dois povos, duas culturas, em que a gente aceita e respeita o outro com as suas diferenças, sem discriminar ou ignorar o outro, seja pela cor da pele ou sua condição social, independentemente do lugar que ele vem” (estudante C sexo-feminino 22 anos).

E para outros existe sim a integração, não como a UNILAB propõe, mas ela existe em outra perspectiva, no sentido em que cada estudante deve procurar essa integração, como afirma o entrevistado C.

“Bem, é um ponto que depende da relação de muitas pessoas, pois não é fácil lidar com alguém com costumes, crenças e opções sexuais diferentes... Contudo, a maioria sabe como viver sem ultrapassar limites Integração é um pouco de tudo já dito acima lidar com outras pessoas sem se importar com as diferenças” (estudante Q sexo-feminino 22 anos).

A entrevistada Q, vai mostrar que essa integração vai depender dos estudantes, porque a integração envolve lidar com, culturas, costumes e hábitos diferentes.

Sim existe integração. Para mim integração consiste no processo de introdução de indivíduos ou grupos em contextos sociais maiores, com padrões e normais mais gerais. Quanto maior for a integração dentro de uma sociedade, maior será o nível de concordância entre os seus membros e maior será a estabilidade social na comunidade (estudante T sexo-masculino 24 anos)

Já para o entrevistado T, a integração existe, na medida em que cada indivíduo vai se entregar com outra cultura.

Durante esse tempo de estadia que para alguns chegou ao fim, os estudantes passaram por um processo de adaptação a uma nova cultura e sociedade, a criação de laços de amizades.

“Falta de conhecimento sobre as suas raízes por parte do país que acolhe dificulta uma melhor interação com as pessoas” (Estudante B-sexo-feminino 24 anos). Esse processo segundo a entrevistada B, “foi difícil no início” e que para alguns ainda apresenta muitas dificuldades.

“Preconceito por parte da população nativa, ainda é vivenciado, contra os africanos, sinto que o processo de adaptação não se estagna é um processo contínuo o que nos dificulta ainda” (estudante F sexo-feminina, 22 anos). O preconceito foi apontado na fala do entrevistado F, como uma barreira no processo de adaptação dos estudantes com a população.

Falta de assistência social pela universidade, embora os estudantes recebam alguns auxílios, mesmo assim, o acompanhamento social pela universidade tem sido precário, já que os profissionais que exercem essa assistência têm se preocupado mais com questões financeiras, se os alunos recebem ou não verbas no seus países. Ou de outra fonte” (estudante G, ex-bolsista do INAGBE sexo-masculino 27 anos).

Muitas foram as dificuldades apontadas pelos entrevistados, entre elas o preconceito, a falta de assistência, e a dificuldade com a alimentação, fala o estudante G.

“Alimentação diferente, cultura diferente, sociedade diferente, insegurança pública, etc.” (estudante H sexo-masculino 25 anos).

Terminada a formação o regresso é apontado como o passo seguinte, (pensamento que não é unanime), pensando em um futuro melhor e mais desenvolvido, no país de origem. “Minha perspectiva é contribuir para o desenvolvimento do país. Colocando em prática os conhecimentos adquiridos da melhor forma” (estudante B-sexo-feminino 24 anos).

O desejo de melhorar o país, e colocar em pratica tudo o que foi estudado, tem falado mais alto, para aqueles que pretendem regressar ao país. “Contribuir no desenvolvimento do país, na minha área de formação, e colaborar para o crescimento e a desenvoltura da sociedade” (estudante C sexo-feminino 22 anos).

O desenvolvimento da sociedade, e a estruturação adequada do ensino no geral, também se mostrar como fator para os estudantes que optaram pelo retorno como é mostrado na fala do entrevistado C. “Eu pretendo ajudar a melhorar a qualidade de ensino, já que é a minha área de formação, espero encontrar oportunidade para o fazer” (estudante F-sexo-feminino 22 anos).

Mas para isso, como afirma o estudante F, o governo angolano, precisa abrir oportunidades para que esses projetos saiam do papel, e se tornam reais.

“Tenho a perspectiva de retornar ao meu pais para trabalhar e ajudar a minha família e contribuir para o engrandecimento da minha sociedade de uma forma geral” (estudante J sexo-masculino 24 anos). Para o estudante J, o regresso para Angola, será principalmente para ajudar a família que, contribuiu para que essa formação se tornasse possível, e contribuir também para ajudar a sociedade angolana.

“Ajudar o país para o desenvolvimento na educação a partir do ensino básico até ao ensino superior, visto que Angola precisa de profissionais na área da educação” (estudante K sexo-feminino 26 anos). Já na fala do estudante K, a sua contribuição quando retornar será com o ensino básico e o superior, desse jeito fortalecer um dos pilares do desenvolvimento do país.

“Ter a oportunidade de desenvolver os conhecimentos obtidos e de certa forma contribuir diretamente com o governo do meu país no sentido de aprimorar o que já existe e desenvolver outros métodos que possam vir a ajudar nesse sentido” (estudante O-sexo-masculino 25 anos). Na explanação do estudante O, ele afirma que o seu retorno vai consistir em aprimorar aquilo que já existe, ou seja, melhorar os projetos que já estão em andamento.

“Não tenho nenhuma expectativa, pois não tenho intenção de retorno imediato ao meu país” (estudante A-sexo-masculino 23 anos). Mas apesar das dificuldades, outros hesitam em regressar, pois, foram criados laços, e também levando em conta algumas questões que o país está atravessando, como mostrou o entrevistado A.

Mas no geral, o desejo de regressar, as expectativas criadas e o sonho de realizar vários projetos pessoais e laborais, faz com que o regresso a Angola entrasse em “conflito” com a realidade que o país está vivendo, e se sentiram numa fase iniciais frustrados, pois suas expectativas estão sendo abaladas pela atual conjuntura social. “Boas, infelizmente com a crise o mercado de trabalho está mais competitivo, mas gostaria muito de pôr em prática tudo que aprendi aqui” (estudante L-sexo-feminina 25 anos).

### **3.4 Quantificando as falas**

Nesta última parte do trabalho serão mostrados os resultados da entrevista realizada em todos os cursos com os estudantes angolanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/Ceará. A pesquisa foi efetuada através da aplicação de um questionário eletrônico, contendo 18 questões, sendo que a mesma foi aplicada no mês de fevereiro de 2017.

Essa pesquisa de campo teve como objetivos examinar a percepção da cooperação entre Angola e Brasil, examinar o processo de integração dos estudantes angolanos dentro da UNILAB, entender as ações do governo angolano diante dessa mobilidade estudantil,

identificar o perfil dos angolanos na UNILAB e suas perspectivas de regresso ao país de origem. Para melhor compreensão e visualização dos resultados foram utilizados alguns gráficos para as perguntas contidas no questionário.

A seguir são descritos os resultados obtidos junto aos estudantes angolanos da UNILAB.

De acordo com o gráfico 7, a faixa-etária ficou assim dividida:

#### Gráfico 7- Idade



Fonte: dados da pesquisa (2017)

Os entrevistados estavam distribuídos em 55% homens, que correspondem 11 pessoas, e 45% mulheres (justifica-se a falta de outras mulheres, por questões pessoais). Os vinte entrevistados tinham entre 22 a 29 anos de idades. Os entrevistados (a) de 19-22 anos, correspondem a 4; os de 23-26 anos, que é a idade da maior parte dos entrevistados, que são 14; e o menor número que vai dos 27-29 anos, que é apenas 2.

Quando perguntados sobre seu grupo étnico, obtivemos o seguinte resultado, conforme ilustra o gráfico 8.

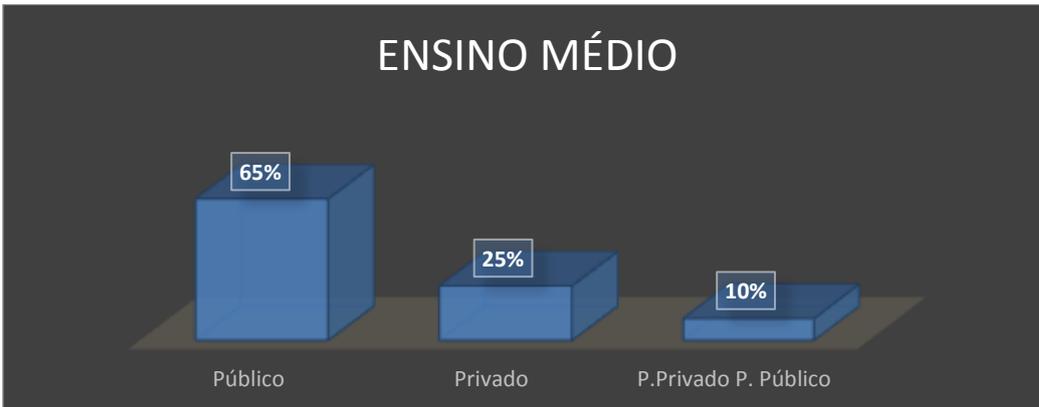
#### Gráfico 8-Grupo étnico



Fonte: dados da pesquisa (2017)

Quando perguntados sobre a escola em que frequentaram o ensino médio em Angola, os estudantes entrevistados foram divididos em três grupos, no que concerne o ensino médio, uns grupos frequentaram o ensino público correspondendo a 65% dos entrevistados, 10% estudaram em dois sistemas de ensino (público e privado), e 25% apenas frequentaram o ensino privado. Como ilustra o gráfico 9.

**Gráfico 9- Escola que estudaram o ensino médio em Angola**



Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados responderam ainda, sobre como tomaram conhecimento da existência da UNILAB, uma vez que a informação sobre a mesma não é muito acessível, restringindo-se assim somente na capital. Parte foi por meio de amigos e familiares. Como mostra o gráfico 10.

**Gráfico 10- Como soube da UNILAB**



**Fonte: dados da pesquisa (2017)**

A mobilidade acadêmica, assim como outros tipos de mobilidades, trazem à tona várias descobertas tais como, contato com novas culturas e realidades. E via-de-regra não se fala em África na diáspora, sem tocar na palavra racismo. Sendo assim, os entrevistados foram questionados se já haviam sofrido algum tipo de discriminação, levando em conta a cidade em que a universidade se encontra, a maior parte respondeu sim, correspondendo 65% dos entrevistados, e 35% nunca sofreu discriminação ou não se lembra de ter sofrido.

**Gráfico 11- Já sofreu algum tipo de discriminação**



**Fonte: dados da pesquisa (2017).**

Os entrevistados fazem parte do grupo de angolanos que frequentam o ensino superior, com mais valia de estar fazendo-o no exterior, logo a um elevado grau de exigência e qualidade, situação que por si mesma se apresenta muito favorável para o ingresso no mercado de trabalho em Angola.

Anualmente, muitos angolanos de diferentes classes sociais chegam ao Brasil para estudar, aproveitando uma oportunidade única, que é resultado de convênios e acordos

celebrados entre Angola e o Brasil nos mais diversos sectores da vida social dos dois países. Esses convênios e acordos ampliaram o leque de parceiros institucionais, por conta da formação de indivíduos que pudessem colaborar para o desenvolvimento social de Angola.

A política educacional do governo angolano assumiu a partir de 1961, a responsabilidade pela educação de toda a população. As redes escolares passaram também para as zonas rurais, que anteriormente delas careciam. Quando a economia angolana abriu-se para o mercado em 1991, isso exigiu quadros qualificados para preencherem as vagas de empregos, desta forma, a procura do ensino superior nessa época teve um aumento considerável.

Sendo assim, nos últimos anos, percebeu-se o aumento no acesso ao ensino superior, e constatou-se também o aumento da oferta pública e privada. O percurso ainda é longo, muitas ainda são as dificuldades a serem ultrapassadas, porém diante do empenho e da vontade dos cidadãos angolanos em aprenderem, esses obstáculos estão sendo superado



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução das redes de comunicação tem acelerado nos últimos tempos, beneficiando o desenvolvimento das sociedades, desde que exista um equilíbrio entre a sabedoria, a informação e o conhecimento. Para que esse equilíbrio se torne possível, a educação tem que ser prioridade em todas as sociedades, pois ela é um direito que contribui para a diminuição da pobreza.

O investimento de capital humano é um fenômeno mundial com os níveis médios de educação elevando-se em todos os países desenvolvidos, bem como aqueles países do terceiro mundo. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi examinar os tipos de cooperação educacional existente entre Angola e Brasil e a mobilidade de estudantes angolanos para UNILAB. Sendo assim, este trabalho constitui a preocupação fundamental em demonstrar por meios de dados, documentos e outras fontes bibliográficas, a situação atual da cooperação educacional Angola-Brasil.

A internacionalização do ensino superior vem se fortificando a nível mundial, neste sentido os acordos de cooperação técnico-científico e acadêmico do Brasil com os países africanos, estão direcionados no contexto da globalização, principalmente no combate à pobreza e a desigualdade social, para o desenvolvimento sustentável e o estreitamento das relações entre as nações.

Levando em conta que, a mobilidade acadêmica decorre do processo de internacionalização da educação, foram formuladas algumas reflexões de natureza crítica em contrapartida com o discurso da positividade sobre esse fenômeno. Estas reflexões serão apresentadas em forma de diretrizes para nortear o debate sobre o tema, elas não são eficazes para a desnaturalização do fenômeno internacionalização, muito pelo contrário, essas diretrizes refletem, as discussões desenvolvidas em busca de bases que possam alimentar debates verdadeiramente críticos, que possam escapar de posicionamento pessimista e ingênuos acerca de parcerias na esfera educacional.

O presente trabalho voltado para a cooperação educacional permitiu aprofundar conhecimentos sobre a formação superior dos angolanos, os acordos vigente entre os dois países, e os motivos que levam um grande número de estudantes angolanos a partirem para o exterior a busca dessa formação. Sendo assim percebemos que, as duas nações tem vários acordos vigentes dentre eles destacamos: os acordos no domínio da educação não-superior, superior e a formação de quadros.

Alcançada a independência, Angola herdou um sistema educativo seletivo, e um elevado número de analfabetos. O período de guerra civil que se seguiu (1976-1991 e 1992-2002) agravou a situação do país, e por isso, o governo angolano com a ajuda tem alguns órgãos não governamentais, criaram políticas de mobilidade estudantil, para a formação da sociedade, as famílias que tinham condições financeiras optavam ao envio dos seus filhos para o estrangeiro. Ter um diploma superior obtido no estrangeiro passou a ser cada vez mais essencial para o acesso ao mercado de trabalho qualificado.

Porém, observa-se que em Angola, depois da guerra, os problemas sócios permaneceram de forma mais ampla no novo contexto político, que se estabeleceu a partir da implantação da economia de mercado, sendo este um fator preocupante, uma vez que, a educação e formação dos jovens angolanos era precária. É nesse cenário de qualidade de educação que foi negada a milhões de angolanos durante o período de guerra, que nos dá o direito de defender uma possível mudanças educacional, assim como a melhoria da formação dos professores.

Recentemente, podemos perceber que o relacionamento entre Angola e Brasil aspira um novo modelo da política externa, sendo esta impulsionada pela reorientação da política brasileira durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), elegendo assim, a Angola como um dos principais apoio do Brasil. Assim, com o país em crescimento vem agregar o seu intercâmbio com o continente africano, numa perspectiva de se harmonizar com a história vivida pelos dois países, mas também de reconhecimento do papel estratégico de Angola na região.

Após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva houve mudanças na política externa africana do Brasil, com as viagens feitas pelo presidente em 2003-2004 para reverter o quadro de oscilação dos anos 1990. Mas os africanos só notaram que o Brasil de Lula queria participar do renascimento do continente no início do século XXI em 2005. (SARAIVA 2012)

A nova política africana de Lula, no início do século realizou-se em duas bases: a primeira foi uma estratégia concertada dos interesses nacionais em particular a dos empresários na expansão do capitalismo brasileiro. O fato que marcou o relançamento da política na era do Lula foi o fórum Brasil-África que tinham como temas centras: política, cooperação e comercio realizado em Fortaleza no final de maio de 2003. Essa nova política africana do Brasil não era uma nova edição do passado, ela veio totalmente diferente e rompeu com o assistencialismo internacional disfarçado de várias formas, e se fez presente na reconstrução de infraestrutura produtiva da África.

Uma das estratégias deste intercâmbio encontra-se a Língua Portuguesa, uma vez que tem servido de motivação para a pacificação deste relacionamento, que se revela no grande aumento do envio de jovens estudantes angolanos para as regiões brasileiras. Segundo os dados do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE), na contemporaneidade o Brasil encontra-se na lista dos países do mundo com mais estudantes bolsistas das instituições de Ensino Superior de Angola. Logo, percebemos que os acordos entre países e os programas de intercâmbio educacional - cultural, como no caso da parceria de Angola e Brasil, venha possibilitar perspectivas de um futuro mais justo e digno para a sociedade angolana.

Com isso, o aumento das mobilidades estudantil de angolanos para a formação de nível superior no Brasil origina-se pelos acordos entre os países em questão. Surgindo assim, o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), e o mais recente a UNILAB que é uma instituição afro-brasileira, em colaboração com os países da África que tem o português como língua oficial, fazendo com que o processo educacional e profissional dos angolanos sejam de fato de qualidade.

Esse reconhecimento vale igualmente para o campo da cooperação educacional, no qual o governo brasileiro age em três dimensões: a) - economicamente, pois a educação está relacionada com a qualificação de mão de obra de uma nação, e essa cooperação educacional procura construir capacidades. b) - politicamente a cooperação educacional é parte de uma agenda positiva de política externa do Brasil, que busca promover relações mais estreitas entre os Estados e sociedades baseadas em princípios de solidariedade. c) - culturalmente, porque a convivência, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências podem contribuir na formação de elites dos países em desenvolvimento, os laços entre diferentes sociedades e a compreensão mútua da realidade semelhante, e ao mesmo tempo distinta.

As percepções sobre a cooperação educacional superior e profissional do Brasil, vinda dos países africanos de língua oficial portuguesa, tem sido geralmente positivas, mais isso não impede que o governo brasileiro até a data atual, ainda tenha dificuldades de coordenação institucional da cooperação brasileira. A ABC é uma entre várias instituições que intervenham na tomada de decisão e implementação de projetos, desde 2015 essa agência tem trabalhado em um projeto que visa ordenar esse processo, por meio da criação de fundos para a cooperação.

No governo Lula também pode compreender o papel da UNILAB na cooperação educacional do Brasil com o continente africano e Angola em particular, a partir de uma

análise do discurso sobre a criação dessa instituição. No que diz respeito à criação de uma Universidade Afro-Brasileira, os seus motivos estão baseados primeiramente, na ideia do Brasil em interiorizar o ensino superior para as cidades mais carente, e representou também as aspirações da política educacional internacional do Brasil, que busca integrar-se com as ex-colônias portuguesas.

Durante a realização deste trabalho foram encontradas dificuldades em relação aos documentos para complementar o último capítulo, e na aplicação do questionário através do Google. docs. O objetivo era entrevistar 10 homens e 10 mulheres, mas devido a diversas circunstâncias, dos 20 entrevistados 11 eram homens e 9 mulheres. Com tudo atendendo aos objetivos da entrevista, buscou-se compreender o perfil e ideias dos estudantes angolanos que convivem com os conflitos do migrante temporário, mas que sonhar um dia voltar para a sua terra natal e contribuir no desenvolvimento do país. Porém é seduzido a permanecer no Brasil devido ao conjunto de facilidades, e a construção de uma nova identidade social, que está sendo idealizada no contexto dessas relações que são construídas nesse período de estudo.

Os resultados da pesquisa permitem assegurar que apesar de ser contemporaneamente um fenômeno mundial, a mobilidade não está orientada pelos mesmos propósitos e tampouco ocorre nas diferentes regiões com a mesma intensidade. As motivações que levam as instituições e países a investirem em programas internacionais nem sempre vão de encontro com as motivações dos estudantes que decidem se formar fora do país de origem. As motivações de caráter cultural e acadêmico, cada vez mais estão cedendo lugar para os interesses econômicos voltados para o mercado educacional.

Com tudo, entendemos que, a nação angolana vem lutando para melhorar o ensino num sentido geral, muitas foram as dificuldades que se levantaram, durante e após o período colonial, temos que reconhecer que, desde a independência o país vem melhorando, apostando em políticas voltadas para o desenvolvimento da nação, principalmente para aquelas áreas que foram bastante fragilizadas com as guerras. Mas para isso se tornar possível, outras políticas devem ser implementadas como: fortalecer a estrutura do ensino básico, que conseqüentemente estará beneficiando o ensino superior; criar laboratórios para pesquisas nas universidades; elaborar projetos que incentivam a pesquisa e o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos; apostar em programas de bolsas de estudos; construir uma estrutura de ensino básico e universitário capaz de atender os estudantes angolanos com necessidades especiais; criar políticas que possam atender as camadas mais pobres do país; construir mais escolas e universidades públicas. Para que assim possa fortalecer a educação e o desenvolvimento da nação angolana, e preparar um futuro melhor para as próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2010. Disponível em: [www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328](http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328). Acessado em: 29/08/2016

ABC, Agencia Brasileira de Cooperação. Disponível em: [www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola](http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola). Acessado em: 13/09/2016

**ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL E CIENTIFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99558.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99558.htm). Acessado em: 20/03/2017

**BOLSAS EXTERNAS-ACADEMIA SONANGOL**. Disponível em: [academia.sonangol.co.ao/pt/bolsas-externas\\_63/](http://academia.sonangol.co.ao/pt/bolsas-externas_63/). Acessado em: 07/02/2017

Diretrizes Gerais da UNILAB - PDI da UNILAB. Disponível em: [pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Diretrizes\\_Gerais\\_UNILAB.pdf](http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf). Acessado: 03/11/2016

FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS. Disponível em: [www.fesa.og.ao/](http://www.fesa.og.ao/). Acessado em: 08/02/2017

Lei de Base do Sistema de Educação. Disponível em: [planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola\\_Lei\\_de\\_educacao.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Lei_de_educacao.pdf). Acessado: 07/11/2016

Ministério da Educação de Angola (MED). Conselho de Ministros. **Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015)**. Luanda, 2001a. Disponível em: [http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola\\_Estrategia\\_Integrada\\_Melhoria.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf). Acessado em: 03/09/2014. [Links]

Ministério do Ensino Superior: Decreto nº 165/14, de 19 de Junho. Disponível em: [www.pnfq.gov.ao/sites/default/files/docs/regulamento\\_bolsas\\_externas.pdf](http://www.pnfq.gov.ao/sites/default/files/docs/regulamento_bolsas_externas.pdf). Acessado em: 10/11/2016

**PROTOCOLO ENTRE A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (BRASIL) E O INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA (ANGOLA)**. Disponível em: [sced.ed.ao/.../Unilab Modelo%20de%20Convênio%20Internacional%20\(com%20altera](http://sced.ed.ao/.../Unilab_Modelo%20de%20Convênio%20Internacional%20(com%20altera). Acessado em: 28/02/2017

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. 2010. Disponível em: [http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human\\_developmentreport2010/](http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/human_developmentreport2010/). Acessado: 07/10/2016.

Relatório da Missão Ripes – Angola | Unilab. Disponível em: [www.unilab.edu.br/relatorio-da-missao-ripest-angola/](http://www.unilab.edu.br/relatorio-da-missao-ripest-angola/). Acessado em: 20/03/2017

**Memorando de Entendimento entre o Brasil e Angola para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos.** Disponível em: [dai-mre.serpro.gov.br > Atos Internacionais > Bilaterais > 2007](http://dai-mre.serpro.gov.br/AtosInternacionais/Bilaterais/2007). Acessado em: 06/02/ 2017.

## FONTES SECUNDÁRIAS

A AULP - AULP. Disponível em: [aulp.org/A\\_AULP](http://aulp.org/A_AULP). Acessado em: 19/05/2017

ALVES, Elisa da Palma. **Estudantes internacionais no ensino superior português: motivações, expectativas, acolhimento e desempenho. O caso dos estudantes angolanos, brasileiros e cabo-verdianos no ISCTE-IUL.** 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7369>. Acessado em: 20/03/2017

AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira.** 2013. Disponível em: [repositorio.unb.br/handle/10482/14852?mode=full](http://repositorio.unb.br/handle/10482/14852?mode=full). Acessado em: 20/02/2016

ARAÚJO, de Viviane Xavier. **Cooperação Educacional Brasil-África: Como os Programas Educacionais da Capes e do CNPq se Inserem no Contexto da Cooperação Sul-Sul.** Brasília, 2014. Disponível em: [bdm.unb.br/bitstream/10483/8373/1/2014\\_VivianeXavierdeAraujo.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8373/1/2014_VivianeXavierdeAraujo.pdf). Acessado em: 20/02/2016

BARROS, de Deolindo; NOGUEIRA, Silvia Garcia. **Cooperação Educacional Internacional Brasil/África: do Programa.** Disponível em: [www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/186](http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/186). Acessado em: 13/01/2016

BERNDT, Priscila Pimont. **A cooperação técnica internacional como instrumento da política externa brasileira : o Brasil como doador junto aos países africanos. (2009).** Disponível em: [www.lume.ufrgs.br > ... > TCC Relações Internacionais](http://www.lume.ufrgs.br/.../TCC%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais). Acessado em: 02/02/2017

CALETE, Gilson Tomás Antônio. **PERSPECTIVAS PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ANGOLA: UM ESTUDO DOS ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS.** 2016. Disponível em: [periodicos.unesc.net/workshopcomex/article/view/2541](http://periodicos.unesc.net/workshopcomex/article/view/2541). Acesso em: 10/02/2017

CARMO, Hermano. **Cooperação, uma ferramenta com dois gumes: o caso do projecto EAD-Angola.** Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3969/1/HermanoCarmo.pdf>. Acessado em: 25/10/2016

CARVALHO, de Paulo. **Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola.** 2012. Disponível em: <https://ras.revues.org/422>. Acessado em: 22/09/2016

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antônio Cabral. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina.** 2012. Disponível em:

revistas.ulusofona.pt › ... › v. 21 n. 21 (2012): Revista Lusófona de Educação. Acessado em: 20/02/2017

DÁVILA, Jerry. **Hotel Tropic**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo, Paz e Terra, 2011,332p.

Delors, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Lisboa: Edições Asa, 1996. [Links ]. Acessado em: 02/02/2016

**ECONOMIA ANGOLANA Breve Retrato da** [www.mooveconsulting.com/cms/wp-content/.../01/Moove-Economia-Angolana.pdf](http://www.mooveconsulting.com/cms/wp-content/.../01/Moove-Economia-Angolana.pdf). Acessado: 25/10/2016

FERNANDES, Jane, E, M, D, Figueiredo. **Relações Brasil-África**: A Política Externa Brasileira na Perspectiva da Cooperação Sul-Sul (2003-2010). Disponível em: [dspace.bc.uepb.edu.br/.../PDF%20-%20Jane%20Eyre%20Marinho%20Dantas%20Figuei](http://dspace.bc.uepb.edu.br/.../PDF%20-%20Jane%20Eyre%20Marinho%20Dantas%20Figuei). Acessado em: 22/09/2016

FERREIRA, Maria J. S. Mendes. **Educação e Política em Angola**. Uma proposta de diferenciação social. 2005. Disponível em: <https://cea.revues.org/1070>. Acessado: 03/11/2016

FONSECA, Dagoberto José. A TRIPLA PERSPECTIVA: A VINDA, PERMANENCIA E A VOLTA DE ESTUDANTES. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100003). Acessado em: 08/02/2017

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. **Construindo uma ponte Brasil-África**: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB) Revista Lusófona de Educação, núm. 24, 2013, pp. 81-95 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/349/34929705005.pdf>., Acessado em: 15/08/2016.

HELENO, Gorjão Bezerra. **A política externa do Governo Lula**: A experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (Unilab). Fortaleza:UECE,2014 –Dissertação de mestrado. Disponível em: [http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio\\_Gurj%C3%A3o.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/Maur%C3%ADcio_Gurj%C3%A3o.pdf)-, Acessado em: 15/08/2016.

KANDINGI, Adelina Alexandra C. Pio. **A expansão do ensino superior em Angola: um estudo sobre o impacte das instituições de ensino superior privado**. 2016. Disponível em: AACP Kandingi - 2016 - run.unl.pt. Acessado em: 22/02/2017

KATUMUA, Martinho Bangula. **A reconfiguração da identidade em contexto de integração: o caso dos estudantes angolanos de 2º e 3º ciclo de ensino superior no ISCTE-IUL**. 2014. Disponível em: [repositorio.iscte.pt](http://repositorio.iscte.pt). Acessado em: 21/02/2017

LEITÃO, Amadeu Nunes. **BREVE CARACATERIZAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA**. 2015. Disponível em: [www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/apresentacaovianadecastelo2015.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/apresentacaovianadecastelo2015.pdf) Acessado: 25/10/2016

LESSA, Antônio Carlos. **História da Política Exterior do Brasil**. 2002. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100012). Acessado em: 22/09/2016

LIBERATO, Ermelinda. **Avanços e retrocessos da educação em Angola**. 2014. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/10.pdf). Acesso em: 15/05/2016

LIBERATO, Ermelinda. **A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil**. 2012. Disponível em: <https://cea.revues.org/547>. Acessado em: 20/01/2016

LIBERATO, Ermelinda. **A Importância da Cooperação Portuguesa e Brasileira na Formação Superior de Angolanos**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6021>. Acessado em: 26/01/2017

LIMA, Manoelita Correia; MARANHÃO, Carolina M. S. de Albuquerque. **REFLEXÕES (ainda) NECESSÁRIAS ACERCA da MOBILIDADE:** <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/63997>. Acessado em: 20/02/2016

LIVRAMENTO, Alessandra Neves Silva **Diplomacia e cooperação : relações de cooperação Cabo Verde/Brasil. 2010. Disponível em:** [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br) > ... > TCC Relações Internacionais. **Acessado em:** 02/02/2017

MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Memórias de estudantes de Angola no Brasil**. Disponível em: NA Magalhães - Cadernos CERU, 2008 - [periodicos.usp.br](http://periodicos.usp.br). Acessado em: 28/02/ 2017

MANÉ, Denise Catarina Dias. **Políticas de Cooperação Técnica da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) com a Guiné-Bissau**. 2013. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br) > ... > TCC Relações Internacionais. Acessado em: 06/02/2017

MANGO, Alberto Felisberto. **Cooperação Brasil-África durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): Solidariedade e/ou Interesses?** Redenção, 2016, 85 p.

MENDES, Candido. Estudos Afro-Asiáticos 5. Rio de Janeiro, Candido de Almeida, 1981, 119p.

MENDES, Candido. Estudos Afro-Asiáticos 6-7. Rio de Janeiro, Candido de Almeida, 1982, 270p.

MENDES, Maria da Conceição; SILVA, Eugenio Alves. **Avaliação, Acreditação e Gestão do Ensino Superior em Angola**. Disponível em: [www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs\\_documentos/15/.../mcbm\\_eas.pdf](http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/.../mcbm_eas.pdf). Acessado em: 20/01/2016

Morin, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. [Links]. Acessado em: 22/02/2016

NANQUE, Manuel. **Cooperação: Política Externa do Brasil com a África (1960-2010)** Redenção, 2016, 82 p.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976-2005):** Organização, Desenvolvimento e Perspectivas. São Paulo: FEUSP, 2006. 218p. (dissertação de mestrado)

O PAPEL DA COORDENÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) NA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O. TMM Aveiro - Conjunção Austral - seer.ufrgs.br Acessado em: 26/01/2017

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África:** e geopolítica do Atlântico Sul, Salvador, EDUFBA, 2011. 244 p.

**Perfil institucional - PDI da UNILAB.** Disponível em: [pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/CAP\\_1.pdf](http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/CAP_1.pdf). Acesso em: 20/01/2017

**PROGRAMA ESTUDANTE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO.** Disponível em: [37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4106.pdf](http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4106.pdf). Acessado em: 13/09/2016

Reforçar a Gestão De Dados Sobre as Migrações em Angola. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/63997?show=full> pdf. Acessado em: 09/01/2017

ROCHA, D, Alves. **As Perspectivas de Crescimento Econômico de Angola até 2020.** Luanda: CEIC-UCAN, 2014. disponível em: [www.ceic-ucan.org/.../AS-PERSPECTIVAS-DE-CRESCIMENTO-ECONÓMICO-DE](http://www.ceic-ucan.org/.../AS-PERSPECTIVAS-DE-CRESCIMENTO-ECONÓMICO-DE). Acessado em: 20/04/2016

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África:** outro horizonte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A, 1961. 359p.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica:** como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo, Atlas, 2007. 177p.

ROSA, Sérgio Inácio. **PROJETO ANGOLA-BRASIL E O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA.** 2011. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br> > Dissertações. Acessado em: 15/11/2016

ROSA, Daniela Aguiar. **INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DA UNIVERSIDADE DE EXTREMO SUL CATARINENSE.** 2015. Disponível em: [repositorio.unesc.net](http://repositorio.unesc.net) > ... > Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (ACE). Acessado em: 20/01/2017

SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África:** a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília, Ed. da UnB, 1996. 280p.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico:** relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 166 p.

SERRANO, Carlos. **Angola: Nasce uma nação:** Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (tese de doutorado). Disponível em: [www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/36812/39534](http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/36812/39534). Acessado em: 22/09/2016

SILVA, Kellen Cristina Prado. **A educação como ponte estratégica Brasil – África.** 2014. Disponível em: [uniso.br/publicacoes/anais\\_eletronicos/2014/2\\_es\\_politicas\\_publicas/08.pdf](http://uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/2_es_politicas_publicas/08.pdf). Acessado em: 25/10/2016

SILVA, Neide Cristina; SILVA, Maria Lúcia; BOCCHINI, Daniel. **UNILAB: INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.** 2015. Disponível em: [periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/205/286](http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/205/286). Acessado em: 20/01/2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo.** 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

TCHAM, Ismael. **A ÁFRICA FORA DE CASA: Sociabilidade, transito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil.** 2012. Disponível em: [repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11353/it.pdf?sequence=1...y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11353/it.pdf?sequence=1...y). Acessado em: 15/05/2016

TETA, Sebastião João. **Educação Superior em Angola.** Disponível em: [www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/teta.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/teta.pdf). Acessado em: 22/09/2016

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha Machado. **A COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NOS PALOPS NO PERÍODO 2000-2012: PRINCIPAIS ATORES E PROJETOS.** Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104974/000932169.pdf?sequence>. Acessado em: 27/05/2016

VALERIO, Nuno; FORTUNATO, Maria Paula. **A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese.** 2008. Disponível em: [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf). Acessado: 25/10/2016

**ANEXO**

- 1-Qual é a sua etnia?
- 2-Onde você cursou o ensino médio?
- 3-Como você soube da UNILAB?
- 4-Você é beneficiário de alguma bolsa do governo angolano?
- 5-Qual a sua percepção sobre a cooperação educacional entre brasil-angola?
- 6-Qual é a sua percepção sobre a política do INAGBE?
- 7-Em que sentido a cooperação brasil-angola tem beneficiado os dois lados do atlântico?
- 8-Qual é o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas na UNILAB?
- 9-Quais tem sido as ações do governo angolano diante dessa mobilidade estudantil?
- 10-Que oportunidades os estudantes encontram no país de acolhimento?
- 11-Quais as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano?
- 12-Como o país que os acolhe considera a história de ligação dos estudantes, às raízes culturais e aos acontecimentos de sua terra, para desenvolver um serviço de síntese criadora, que beneficiaria a ambos?
- 13-Como a universidade trabalha a presença das diferentes nacionalidades em seu território para tornar-se laboratório de globalização verdadeira?
- 14-Quais as suas perspectivas, ao retornarem ao país de origem, no incentivo do progresso e do crescimento a nível geral?
- 15-Quais os benefícios que esse processo traz?
- 16- Já sofreu algum tipo de discriminação?
- 17-Quais são os pontos que a UNILAB deve melhorar no processo seletivo para os estrangeiros?
- 18- Existe integração como a UNILAB propõem? E para você o que é a integração?